SUMÁRIO

Preparação para concurso público 35
1. A decisão 36
2. A preparação 36
3. A espera pela nomeação e a posse 37

Dicas para preparação específica ao cargo de Juiz do Trabalho Substituto e Procurador do Trabalho (MPT) 39
1. Introdução 39
   1.1. Plano infalível 39
   1.2. O seu pior inimigo antes e durante a preparação.. 40
   1.3. Exercícios físicos durante a preparação para Magistratura e MPT 40
   1.4. Sono, descanso e lazer 40
2. Preparação específica 41
   2.1. Pergunta clássica: quantas horas de estudo diário são necessárias para aprovação? 41
   2.2. Planilha e organização de estudos 42
      2.2.1. Planilha – Dedicação exclusiva aos estudos 42
      2.2.2. Planilha – Divisão do tempo entre trabalho e estudos 43
      2.2.3. Monte a sua própria planilha 44
   2.3. Dedicação às matérias dos concursos para Magistratura do Trabalho e MPT 45
   2.4. Técnica de estudar em grupo – funciona? 45
   2.5. Grupo de estudo virtual para troca de materiais e questionamentos nas últimas fases do concurso . 46
      2.5.1. Redes sociais e preparação para o concurso 46
   2.6. Cursos preparatórios 47
      2.6.1. Cursos presenciais 47
      2.6.2. Cursos telepresenciais e os novos cursos *on-line* 47
   2.7. Uso de estimulantes para turbinar os estudos ... 48
3. Cursos e Bibliografia básica para os concursos na área trabalhista 48
4. Momento em que o estudante decide desistir do concurso 49

◉ PARTE I

DIREITO DO TRABALHO

CAPÍTULO I

HISTÓRICO DO DIREITO DO TRABALHO 53
1. Surgimento e histórico do Direito do Trabalho 53
   1.1. Origem etimológica do termo "trabalho" 53
   1.2. Relações de trabalho na Antiguidade 53
   1.3. Relações de trabalho na Idade Média (séculos V ao XV) 54
   1.4. Relações de trabalho após a Revolução Industrial e o surgimento do Direito do Trabalho 55
2. Histórico do Direito do Trabalho no mundo 56
   2.1. Formação do Direito do Trabalho 56
   2.2. Sistematização e consolidação do Direito do Trabalho 57
   2.3. Institucionalização do Direito do Trabalho 57
   2.4. Crise e transição do Direito do Trabalho 58
3. Origem e evolução do Direito do Trabalho no Brasil .. 59
   3.1. Manifestações incipientes ou esparsas (1888-1930) 59
   3.2. Institucionalização do Direito do Trabalho no Brasil (1930-1945) 60
   3.3. Manutenção do modelo corporativista (1945 a 1988) 60
   3.4. Transição democrática do Direito do Trabalho brasileiro (a partir de 1988) 61
      3.4.1. A Constituição de 1988 e as emendas democratizantes 61
      3.4.2. Flexibilização e Reforma Trabalhista 61
      3.4.3. A pandemia de COVID-19 61
      3.4.4. O Marco Regulatório Trabalhista Infralegal 62
   3.5. As ondas renovatórias do Direito do Trabalho brasileiro 62
      3.5.1. Das ondas legislativas à onda jurisprudencial 62
      3.5.2. A inconstitucionalidade das restrições do art. 702 da CLT 63
      3.5.3. O TST como Corte de precedentes obrigatórios 63
      3.5.4. Os precedentes vinculantes do STF após a Reforma Trabalhista 64
   3.6. Principais alterações legislativas recentes 66
4. Evolução das Constituições brasileiras 67
   4.1. Constituição de 1824 67
   4.2. Constituição de 1891 68
   4.3. Constituição de 1934 68
   4.4. Constituição de 1937 69
   4.5. Constituição de 1946 70
   4.6. Constituição de 1967 e Emenda Constitucional nº 1/1969 70
   4.7. Constituição Federal de 1988 71

CAPÍTULO II

A REFORMA TRABALHISTA 77
1. Histórico 77
2. Valorização do negociado e impactos no Direito e Processo do Trabalho 78
   2.1. Ampliação da negociação individual 79
   2.2. Principais alterações no Direito do Trabalho 79
   2.3. Principais alterações no Processo do Trabalho ... 80
   2.4. A Reforma Trabalhista no STF 81
   2.5. Reflexos nas Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST 83

2.5.1. Entendimentos cancelados em razão da reforma trabalhista 83
2.5.2. Entendimento cancelados em razão de decisões do stf 84
2.5.3. Entendimentos mantidos, mas afetados pela reforma 84
3. Reforma Trabalhista e direito intertemporal (eficácia temporal da Reforma Trabalhista e tese vinculante em IRR nº 23 do TST) 85
3.1. O marco temporal: 11 de novembro de 2017 85
3.2. O contrato em curso e a origem do direito 86

CAPÍTULO III

INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO 91

1. Introdução ao Direito do Trabalho 91
1.1. Importância da CLT para o Direito do Trabalho.. 92
2. Fontes do direito do trabalho 92
2.1. Fontes materiais 92
2.2. Fontes formais 93
2.2.1. Fontes formais autônomas 93
2.2.2. Fontes formais heterônomas 94
2.2.3. Hierarquia das fontes formais 96
2.2.3.1. Hierarquia dos instrumentos coletivos de trabalho (Reforma Trabalhista) 96
2.2.4. Conflito entre fontes formais 97
3. Integração 99
3.1. Direito comum como fonte subsidiária (Reforma Trabalhista) 100
3.2. Limitação à jurisprudência trabalhista (Reforma Trabalhista) 101
3.2.1. Criação e alteração de súmulas e orientações jurisprudenciais do TST e dos TRTs 102
4. Princípios do Direito do Trabalho 103
4.1. Princípio da proteção ao trabalhador 104
4.1.1. Impactos da Reforma Trabalhista no princípio da proteção ao trabalhador 104
4.1.2. In dubio pro operario 105
4.1.3. Norma mais favorável 105
4.1.3.1. Instrumentos coletivos de trabalho e princípio da norma mais favorável (Reforma Trabalhista) 105
4.1.4. Condição mais benéfica 106
4.2. Princípio da imperatividade das normas trabalhistas 107
4.2.1. Impactos das alterações legislativas recentes no princípio da imperatividade das normas trabalhistas 107
4.3. Princípio da primazia da realidade 108
4.3.1. Impactos da Reforma Trabalhista no princípio da primazia da realidade 109
4.4. Princípio da inalterabilidade contratual lesiva ao empregado 109
4.4.1. Impactos das alterações legislativas recentes no princípio da inalterabilidade contratual lesiva ao empregado 110
4.5. Princípio da continuidade da relação de emprego 110
4.5.1. Impactos da Reforma Trabalhista no princípio da continuidade da relação de emprego 111
4.6. Princípio da irrenunciabilidade ou indisponibilidade dos direitos trabalhistas 111
5. Flexibilização do Direito do Trabalho 112
5.1. Hipóteses de flexibilização 113
5.2. *Lay off* 115
5.2.1. Qualificação profissional (art. 476-A, CLT) 115
5.3. Hipóteses em que não se admite flexibilização das normas trabalhistas 116
6. Renúncia e transação 132
7. Comissão de Conciliação Prévia (artigos 625-A até 625-H da CLT) 135
7.1. Composição da Comissão de Conciliação Prévia criada em âmbito da empresa 135
7.2. Necessidade de submeter a demanda à Comissão de Conciliação Prévia 136
7.3. Consequências da conciliação firmada perante a CCP 136
8. Súmulas, orientações jurisprudenciais e Teses vinculantes do TST 138
9. Legislação relacionada ao capítulo 141
10. Questões fundamentadas 141
11. Meu resumo para memorização do Capítulo 147
11.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?. 147

CAPÍTULO IV

SUJEITOS DA RELAÇÃO DE TRABALHO 151

1. Empregado 151
1.1. Requisitos da relação empregatícia 151
1.1.1. Alteridade 154
1.1.2. Reconhecimento do vínculo de emprego pelo Auditor-Fiscal do Trabalho 155
1.1.3. Limites ao reconhecimento do vínculo de emprego (Informativo nº 218 do TST) 155
1.1.4. Empregado "hipersuficiente" (Reforma Trabalhista) 155
1.1.5. Atividades de direção e assessoramento de partidos políticos 158
1.2. Elementos não essenciais à configuração da relação de emprego 158
1.2.1. Exclusividade 158
1.2.2. Local da prestação de serviços e Teletrabalho (Reforma Trabalhista) 159
1.2.3. Profissionalidade 160
1.3. Cotas destinadas a determinados empregados (ações afirmativas) 160
2. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS 162
2.1. CTPS Digital (Carteira de Trabalho Digital) 163
2.2. Informações obrigatórias na CTPS 165
2.3. Valor das anotações da CTPS (tese vinculante em IRR nº 240 do TST) 165

2.4. Anotação em CTPS ... 166
2.4.1. Anotações gerais e anotações especiais .. 167
2.4.2. Anotações sobre a remuneração ... 168
2.4.3. Apresentação da CTPS ... 168
2.4.4. Registros eletrônicos equivalentes às anotações ... 168
2.4.5. Prazo para acesso às informações de anotação ... 169
2.4.6. Multa pelo descumprimento do dever de anotação ... 169
2.4.7. Vedação de anotações desabonadoras. 169
2.4.8. Falta de anotação da CTPS e a não configuração de dano moral in re ipsa (Tese vinculante nº 60 do TST) ... 170
2.4.9. Retenção injustificada da CTPS e o dano moral in re ipsa (Tese vinculante nº 192 do TST) ... 170
2.5. Registro de empregados ... 171
2.5.1. Multa administrativa por ausência do registro de empregados (Reforma Trabalhista) ... 171
2.5.2. Multa decorrente de informações incompletas no registro de empregados (Reforma Trabalhista) ... 173
2.6. Exigência de experiência prévia (art. 442-A da CLT) ... 174
2.7. Exigência de certidão negativa de antecedentes criminais (Tese vinculante nº 01 do TST) ... 175
2.8. Carta de recomendação do ex-empregado ... 176
3. Relações empregatícias especiais ... 177
3.1. Empregado rural ... 177
3.1.1. Identificação da figura do empregado e empregador rural ... 177
3.1.2. Peculiaridades dos empregados rurais .. 178
3.1.3. Contrato de trabalhador rural por pequeno prazo (art. 14-A da Lei nº 5.889/73) ... 180
3.1.4. Contrato de safra (art. 14, parágrafo único, da Lei nº 5.889/73) ... 180
3.1.5. Terceirização e trabalho temporário no âmbito rural ... 183
3.1.6. Prescrição aplicável ao contrato de trabalho rural ... 183
3.2. Empregado doméstico ... 184
3.2.1. Direitos constitucionais assegurados ao empregado doméstico ... 186
3.2.2. Regulamentação dos direitos constitucionais assegurados aos domésticos – Lei Complementar nº 150/2015 ... 188
3.2.2.1. Jornada de trabalho e compensação ... 188
3.2.2.2. Trabalho em regime de tempo parcial ... 191
3.2.2.3. Períodos de descanso ... 192
3.2.2.4. Contrato individual de trabalho ... 194
3.2.2.5. Remuneração ... 196
3.2.2.6. Proteção do trabalho da mulher ... 197
3.2.2.7. FGTS ... 197
3.2.2.8. Seguro-desemprego ... 200
3.2.2.9. Aviso-prévio ... 201
3.2.2.10. Término do contrato de trabalho ... 202
3.2.2.11. Homologação das verbas trabalhistas e multa do art. 477, § 8º, CLT ... 204
3.2.2.12. Papel da fiscalização do Trabalho ... 204
3.2.2.13. Reflexos da LC nº 150/2015 em outros ramos do Direito .. 206
3.3. Empregado público ... 212
3.3.1. Introdução ... 212
3.3.2. Regime jurídico único (ADI 2135/DF) 212
3.3.3. Contrato nulo. Contratação do servidor público sem prévio concurso público ... 215
3.3.3.1. A regra: saldo de salário e depósitos do FGTS ... 215
3.3.3.2. O FGTS e o art. 19-A: por que ele sobrevive à nulidade ... 216
3.3.3.3. O que se equipara à falta de concurso e o que não se submete a ele ... 216
3.3.3.4. Até onde vai a nulidade: horas extras, gestante e dano moral ... 217
3.3.3.5. Reflexos processuais e a atuação do Ministério Público do Trabalho ... 217
3.3.4. Estabilidade do empregado público ... 219
3.3.4.1. Dispensa sem justa causa do empregado público e necessidade de motivação (Tema 1022 de Repercussão Geral do STF) ... 220
3.3.4.2. Estabilidade da gestante no serviço público (Tema 542 de Repercussão Geral do STF) ... 222
3.3.5. Transferência de empregado público 225
3.3.5. Aplicação dos dispositivos da Reforma Trabalhista aos empregados públicos ... 225
3.3.5.1. Jornada 12x36 ... 225
3.3.5.2. Distrato ... 226
3.3.5.3. Teletrabalho ... 227
3.3.5.4. Trabalho intermitente ... 227
3.3.6. Vedação à redução de salários e de jornada e suspensão contratual dos empregados públicos durante a pandemia ... 228
3.4. Proteção do trabalho do adolescente ... 228
3.4.1. Jornada de trabalho do adolescente ... 230
3.4.2. Prestação de serviços em locais prejudiciais à moralidade do adolescente ... 231
3.4.2.1. Trabalho infantil artístico ... 232
3.4.2.2. Dos direitos de profissionalização e à proteção do trabalho. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90 e alterações) ... 233
3.4.2.3. Trabalho educativo ... 234
3.4.3. Do papel dos representantes legais do adolescente ... 234
3.4.4. Das férias ... 235
3.4.5. Do salário ... 235
3.4.6. Da prescrição ... 235

3.4.7. Meio Ambiente de Trabalho 236
3.5. Aprendiz 237
3.5.1. Contrato de trabalho especial 238
3.5.2. Prazo para o contrato de aprendizagem.. 238
3.5.3. FGTS 239
3.5.4. Obrigatoriedade na contratação de aprendizes 239
3.5.4.1. Motoristas e cobradores e a cota de aprendizes (Tese vinculante nº 66 do TST) 240
3.5.4.2. Oferta de vagas a aprendizes usuários e dependentes de drogas 240
3.5.5. Jornada de trabalho do aprendiz 240
3.5.6. Vínculo empregatício do aprendiz 241
3.5.7. Extinção do contrato de aprendizagem 242
3.6. Proteção do trabalho da Mulher 242
3.6.1. Igualdade salarial (Lei nº 14.611/23) 242
3.6.2. Proteção à maternidade 244
3.6.2.1. Intervalos para amamentação (Reforma Trabalhista) 246
3.6.2.2. Licença-maternidade 249
3.6.2.3. Estabilidade da gestante 257
3.6.3. Programa Emprega + Mulheres (Lei nº 14.457/2022) 270
3.6.3.1. Do apoio à parentalidade na primeira infância 271
3.6.3.2. Do apoio à parentalidade por meio da flexibilização do regime de trabalho 271
3.6.3.3. Das medidas para qualificação de mulheres 272
3.6.3.4. Do apoio ao retorno ao trabalho após o término da licença-maternidade 273
3.6.3.5. Das medidas de prevenção e de combate ao assédio sexual e a outras formas de violência no âmbito do trabalho 274
3.6.3.6. Do Selo Emprega + Mulher ... 274
3.6.3.7. Alterações na CLT 274
3.6.4. Meio ambiente de trabalho 274
3.6.4.1. Afastamento de gestantes e lactantes de atividades insalubres (Reforma Trabalhista) 275
3.6.4.2. Afastamento de gestantes durante a pandemia de COVID-19 (Lei nº 14.151/2021, alterada pela Lei 14.311/2022) 280
3.6.4.3. Afastamento de gestantes e da lactante de atividades perigosas e penosas 281
3.6.4.4. Revistas íntimas 282
3.6.4.5. Fim do intervalo para jornada extraordinária da mulher (Reforma Trabalhista) 283
3.7. Mãe Social 285
4. Proteção do trabalho da pessoa com deficiência 286
4.1. Quem é a pessoa com deficiência? 286
4.2. As cotas para pessoas com deficiência e reabilitados (art. 93 da Lei nº 8.213/1991) 287
4.2.1. Base de cálculo e composição efetiva da cota de pessoas com deficiência e reabilitados 287
4.2.1.1. Trabalhadores intermitentes e a cota legal de pessoas com deficiência e reabilitados 289
4.2.2. O papel do MTE e do MPT no cumprimento das costas para pessoas com deficiência e reabilitados 289
4.2.3. Flexibilização da cota de pessoas com deficiência e reabilitados 290
4.2.3.1. A possibilidade de aplicação da cota social na cota de pessoas com deficiência e reabilitados 291
4.2.3.2. Perícia e prova testemunhal para comprovar a impossibilidade de cumprimento da cota para pessoas com deficiência e reabilitados 293
4.2.4. Benefício de Prestação Continuada (LOAS) e a dificuldade de contratação de pessoas com deficiência 293
4.2.5. Descumprimento da cota legal e o dano moral coletivo 294
4.2.5.1. O TST e a inaplicabilidade de multa ou dano moral coletivo em caso de comprovado esforço para o cumprimento da cota de pessoas com deficiência e reabilitados 294
4.2.5.2. Término do contrato de trabalho da pessoa com deficiência. 295
5. Relações de trabalho que não configuram vínculo empregatício 295
5.1. Trabalhador autônomo e a Reforma Trabalhista 295
5.1.1. Regulamentação do trabalho autônomo pela Portaria nº 349/2018 (anulada) e pela Portaria nº 671/2021 do Ministério do Trabalho e Emprego 297
5.1.2. Uberização das relações de trabalho 298
5.1.2.1. A subordinação algorítmica... 299
5.1.2.2. A divergência no TST e a posição do STJ 299
5.1.2.3. A controvérsia no STF e o Tema nº 1291 300
5.1.2.4. Medidas de proteção ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega (Lei nº 14.297/2022) 301
5.1.2.5. Cooperativismo de plataforma 302
5.1.2.6. A frente regulatória: o PLP nº 12/2024 302
5.1.3. Corretor de imóveis 306
5.1.4. Transportador autônomo de cargas (MEI Caminhoneiro) 307
5.1.5. Contratação de pessoal para prestação de serviços nas campanhas eleitorais ... 307
5.1.6. Advogado associado e outras formas de contratação além do vínculo empregatício (STF) 307

5.1.6.1. O regime especial do advogado empregado ... 308
5.1.6.2. O contrato de associação e os seus requisitos ... 308
5.1.6.3. A posição do Supremo Tribunal Federal ... 309
5.1.6.4. O Tema nº 1389 e a suspensão nacional dos processos ... 309
5.2. Trabalhador eventual ... 310
5.3. Trabalhador avulso ... 310
5.3.1. Trabalhador avulso portuário (Lei nº 12.815/2013) ... 311
5.3.2. Trabalhador avulso não portuário (Lei nº 12.023/2009) ... 313
5.4. Trabalhador voluntário ... 314
5.4.1. Programa Nacional de Prestação de Serviço Civil Voluntário ... 314
5.5. Cooperado ... 315
5.6. Estagiário ... 317
5.6.1. Introdução ... 317
5.6.2. Alterações da Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio) ... 317
5.6.3. Conceito de estágio ... 317
5.6.4. Requisitos para existência do estágio regular ... 317
5.6.5. Agentes de integração ... 318
5.6.6. Partes envolvidas no estágio ... 318
5.6.6.1. Instituição de ensino ... 318
5.6.6.2. Parte concedente ... 318
5.6.6.3. Estagiário ... 319
5.6.7. Fraude no estágio ... 320
6. Empregador ... 321
6.1. Empregador e princípio da alteridade durante a pandemia de coronavírus e na legislação de exceção ... 322
6.2. Grupo econômico ... 322
6.2.1. Grupo econômico por subordinação e coordenação (Reforma Trabalhista) ... 322
6.2.1.1. Grupo econômico por subordinação ... 322
6.2.1.2. Grupo econômico por coordenação ... 323
6.2.1.3. A mera identidade de sócios não forma grupo econômico ... 323
6.2.1.4. O contrato que atravessa a Reforma Trabalhista e a tese vinculante em IRR nº 214 do TST ... 323
6.2.2. Consequências jurídicas do reconhecimento do grupo econômico ... 324
6.2.3. Contrato único ... 326
6.2.4. Assunto correlato: comissões dos bancários na venda de produtos do grupo econômico (Tese vinculante nº 56 do TST) ... 326
6.3. Sucessão de empresas ... 327
6.3.1. Responsabilidade do sucessor (Reforma Trabalhista) ... 328
6.3.2. Sucessão na Nova Lei de Falências ... 329
6.3.3. Sucessão entre entes de Direito Público ... 329
6.3.4. Sucessão em cartórios extrajudiciais ... 330
6.3.5. Sucessão em razão da privatização ... 330
6.4. Sócio retirante (Reforma Trabalhista) ... 331
6.4.1. Responsabilidade do sócio retirante ... 331
6.5. Poderes do empregador ... 332
6.5.1. Poder de organização ... 333
6.5.1.1. Uso de logomarcas em uniformes (Reforma Trabalhista) ... 333
6.5.1.2. Quando o empregador deve fundamentar suas decisões? ... 334
6.5.1.3. Organizações de tendência ... 336
6.5.2. Poder de controle ... 340
6.5.2.1. Limitação do uso de banheiros ... 340
6.5.2.2. Correio eletrônico ... 341
6.5.2.3. Revistas íntimas ... 341
6.5.2.4. Revistas pessoais ... 342
6.5.2.5. Fiscalização por câmeras ... 342
6.5.2.6. Uso de polígrafo (detector de mentiras) ... 343
6.5.2.7. Programas espiões de controle de atividade ... 343
6.5.2.8. Restrições ao porte e uso do celular ... 343
6.5.2.9. Exigência de apresentação ao serviço com cabelo e barba aparados ... 345
6.5.2.10. Opiniões e postagens dos empregados nas redes sociais ... 346
6.5.3. Poder disciplinar ... 347
6.5.3.1. Multa por descumprimento do acordado em trabalho intermitente (Reforma Trabalhista) ... 347
6.5.4. Reintegração ... 349
6.5.4.1. Estáveis e empregados com garantia provisória de emprego ... 349
6.5.4.2. Dispensa discriminatória (súmula 443 do TST e tese vinculante em IRR nº 254 do TST) ... 351
6.5.4.3. Dispensa por motivo de saúde (suspensão do contrato de trabalho) ... 352
7. Terceirização ... 352
7.1. Introdução ... 352
7.2. Evolução normativa e jurisprudencial da terceirização ... 353
7.2.1. Marco normativo inicial ... 353
7.2.2. A regulamentação pela Súmula nº 331 do TST ... 353
7.2.3. A Lei nº 13.429/2017 ... 354
7.2.4. A Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) ... 354
7.2.5. As decisões vinculantes do STF na ADPF 324/DF e no Tema 725 ... 355
7.2.6. Panorama atual ... 355
7.3. Requisitos para a terceirização lícita ... 356
7.3.1. Ausência de pessoalidade e subordinação direta ... 356
7.3.2. Capacidade econômica da empresa prestadora ... 357
7.3.3. Fraude na terceirização ... 357
7.4. Empresa prestadora e contrato de terceirização 358

7.4.1. Requisitos para o funcionamento da empresa prestadora 358
7.4.2. Requisitos do contrato de terceirização 358
7.4.3. Quarteirização 359
7.5. Direitos dos terceirizados 359
7.5.1. Direitos da categoria profissional da prestadora 359
7.5.2. Condições de trabalho equivalentes 359
7.5.3. Salário equivalente 360
7.5.4. Responsabilidade subsidiária da tomadora 362
7.5.5. Exceção: natureza comercial do transporte de cargas (tese vinculante em IRR nº 59 do TST) 362
7.6. Períodos de quarentena 363
7.6.1. Quarentena da empresa prestadora 363
7.6.2. Quarentena do empregado dispensado .. 363
7.7. Pejotização e a "cesta de precedentes" do STF .. 364
7.7.1. Da fixação das teses originais à reinterpretação pelo STF 364
7.7.2. Tema 1389 e a suspensão nacional dos processos 366
7.7.3. Posicionamento do autor e impacto do entendimento sobre o sistema trabalhista 367
7.8. Terceirização na Administração Pública 367
7.8.1. Limites: concurso público e atividades típicas do Estado 367
7.8.2. Fraude na terceirização pública 368
7.8.3. Responsabilidade pelo inadimplemento na terceirização lícita 368
7.8.4. Ônus da prova: divergência entre TST e STF 369
7.8.5. Tema 1118 da Repercussão Geral 370
7.8.6. Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) 371
7.8.7. Organizações sociais 372
7.8.8. Terceirização na Administração Pública Federal (Decreto nº 9.507/2018) 373
8. Agências de colocação e recrutamento (Convenção 181 da OIT) 374
9. Dono da obra e subempreitada 375
9.1. Responsabilidade do empreiteiro na subempreitada 375
9.2. Responsabilidade do dono da obra 376
10. Trabalho temporário 378
10.1. Conceito de trabalho temporário e hipóteses de contratação 379
10.2. Trabalho temporário e a contratação no período de greve 380
10.3. Empresa de trabalho temporário 381
10.3.1. Requisitos para o funcionamento da empresa de trabalho temporário 381
10.4. Empresa tomadora de serviços 382
10.5. Requisitos do contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora de serviços 383
10.6. Condições de trabalho 383
10.7. Abrangência de atividades do trabalho temporário 384
10.8. Ausência de vínculo de emprego do trabalhador temporário com a tomadora dos serviços 384
10.9. Prazo do trabalho temporário 385
10.10. Vínculo empregatício do trabalhador temporário e proibição de cláusula de reserva 385
10.11. Responsabilidade do tomador dos ser-viços 386
10.12. Direitos assegurados aos trabalhadores temporários 387
10.12.1. Estabilidade da trabalhadora temporária – Incidente de Assunção de Competência nº 2 do TST 387
10.12.2. Estabilidade e licença-maternidade no setor público - Tema 542 de Repercussão Geral do STF - e o enfraquecimento do entendimento firmado no IAC nº 2 do TST 388
10.12.3. Estabilidade da trabalhadora gestante – Superação do Incidente de Assunção de Competência nº 2 do TST 390
10.13. Diferenças entre terceirização e trabalho temporário 391
11. Súmulas, orientações jurisprudenciais e Teses vinculantes do TST 391
12. Legislação relacionada ao capítulo 396
13. Questões fundamentadas 398
14. Meu resumo para memorização do capítulo 415
14.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?. 416

CAPÍTULO V

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO 425

1. Terminologia: relação de trabalho x relação de emprego 425
2. O contrato individual de trabalho em um mapa 427
3. Características do contrato de trabalho 428
4. Elementos do contrato de trabalho 429
4.1. Nulidades do contrato de trabalho 430
4.1.1. Trabalho proibido 431
4.1.1.1. O trabalho proibido na Administração Pública: por que os efeitos são reduzidos 431
4.1.1.2. Outras hipóteses de trabalho proibido 434
4.1.2. Trabalho ilícito 434
4.2. Lei Geral de Proteção de Dados nas relações de trabalho 436
4.2.1. LGPD e sua aplicação no âmbito trabalhista 436
4.2.2. Hipóteses de tratamento de dados 437
4.2.3. Tratamento de dados de empregados adolescentes 438
4.2.4. Análise de situações concretas de aplicação da LGPD nas relações de trabalho 439
4.2.4.1. Tratamento de dados na fase pré-contratual 439
4.2.4.2. Tratamento de dados na vigência do contrato de trabalho 439

4.2.4.3. Tratamento de dados após o término do contrato de trabalho 440
4.2.5. Norma coletiva e uso de dados pessoais 440
4.2.6. Uso indevido de dados pessoais e papel dos órgãos de fiscalização do trabalho. 440
4.2.7. Responsabilidade do empregador para com terceiros e empregados pelo uso indevido e vazamento de dados pessoais 441
5. Classificação dos contratos de trabalho 442
5.1. Contrato por prazo indeterminado 443
5.2. Contrato por prazo determinado 443
5.3. Hipóteses previstas na CLT 443
5.2.1. Hipóteses previstas na LC nº 150/2015 (Lei dos Domésticos) 445
5.3. Estabilidade no curso do contrato a prazo determinado 445
5.4. Nova contratação 447
5.5. Término do contrato por prazo determinado 448
5.5.1. Término do contrato por prazo determinado na legislação dos domésticos (LC nº 150/2015) 450
5.5.2. Término antecipado do contrato de aprendizagem (art. 433 da CLT) 450
5.6. Contrato por prazo determinado – Lei nº 9.601/98 451
5.6.1. Características 451
5.7. Contrato por safra (art. 14, parágrafo único, da Lei nº 5.889/73) 452
5.8. Trabalho intermitente (Reforma Trabalhista) 453
5.8.1. Antecedentes do trabalho intermitente: jornada móvel ou variável 453
5.8.2. Conceito de trabalho intermitente 454
5.8.3. Exclusão dos aeronautas e outras incompatibilidades 455
5.8.4. Principais impactos do trabalho intermitente nos direitos dos trabalhadores 456
5.8.5. Constitucionalidade do trabalho intermitente (ADIs 5826, 5829 e 6154) 456
5.9. Regulamentação do trabalho intermitente 457
5.9.1. Normas ligadas à convocação do trabalhador 460
5.9.1.1. Multa por descumprimento do acordado 461
5.9.2. Direitos do empregado em trabalho intermitente 462
5.9.3. Acordo individual entre empregado e empregador 462
5.9.4. Trabalho intermitente na legislação de exceção 463
5.10. Contrato de Trabalho Verde e Amarelo (MP nº 905/2019 – vigência encerrada) 464
6. Alteração do contrato de trabalho 465
6.1. *Jus variandi* – Alteração unilateral do contrato de trabalho 466
6.2. Reversão 468
6.3. Reversão e gratificação de função (Reforma Trabalhista) 468
6.3.1. Conceito de gratificação 468
6.3.2. Disciplina anterior à Reforma Trabalhista acerca da gratificação de função e a reversão 469
6.3.3. Regulamentação da retirada da gratificação de função pela Reforma Trabalhista 469
6.3.4. Direito intertemporal 470
6.3.5. Limites à supressão de gratificação de função 470
6.4. Transferência de empregados 471
5.4.1. Transferência de empregado público 472
7. Suspensão e interrupção 473
7.1. Hipóteses de interrupção 473
7.2. Hipóteses de suspensão 476
7.3. Casos controvertidos 479
7.4. Suspensão temporária do contrato de trabalho durante a pandemia de coronavírus (Lei nº 14.020/2020 e MP 1.045/2021, rejeitada) e legislação de exceção 481
7.5. Obrigações trabalhistas criadas pelos entes subnacionais (ADI 4157/RJ) 483
8. Súmulas, orientações jurisprudenciais e Teses vinculantes do TST 484
9. Legislação relacionada ao capítulo 486
10. Questões fundamentadas 486
10. Meu resumo para memorização do Capítulo 495
10.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?. 495

CAPÍTULO VI

DURAÇÃO DO TRABALHO 497

1. Duração do trabalho 497
1.1. Introdução: limitação da jornada, tempo à disposição e controle de ponto 497
1.1.1. A Emenda Constitucional nº 141/2026: novo limite, 2 dias de repouso e transição 498
1.1.1.1. O novo texto do art. 7º da Constituição Federal 498
1.1.1.2. A fase de 42 horas e a exigência de norma coletiva 499
1.1.1.3. As regras transitórias da emenda 501
1.1.1.4. Quadro comparativo e cronograma de vigência 503
1.1.2. Jornada móvel ou variável e o trabalho intermitente (Reforma Trabalhista) 504
1.1.3. Tempo à disposição do empregador 505
1.1.3.1. Intervalos, recreio escolar e tempo à disposição do empregador (ADPF 1058) 507
1.1.3.2. Viagens para participação em cursos e treinamentos exigidos pela empresa e tempo à disposição do empregador 508
1.1.4. Controle de jornada e registro de ponto 508
1.1.5. Controle de jornada pelo empregador doméstico e pelo empregador do motorista profissional 511

1.1.6. Cartões britânicos 511
1.1.7. Registro de ponto por exceção 511
1.2. Horas *in itinere* (Reforma Trabalhista) 513
1.2.1. Horas *in itinere* antes da Reforma Trabalhista 513
1.2.2. Horas *in itinere* depois da Reforma Trabalhista 513
1.2.3. Reforma Trabalhista e direito intertemporal (eficácia temporal da Reforma Trabalhista e tese vinculante em IRR nº 23 do TST) 514
1.2.3.1. O marco temporal: 11 de novembro de 2017 515
1.2.3.2. O contrato em curso e a origem do direito 515
1.2.3.3. Da MP nº 808/2017 à afetação do Tema nº 23 do TST 516
1.2.3.4. A tese vinculante em IRR nº 23 do TST . 517
1.2.3.5. O desfecho no STF: o Tema nº 1448 da Repercussão Geral 517
1.2.3.6. Fluxograma da eficácia temporal da Reforma Trabalhista 518
1.2.4. Tempo médio das horas *in itinere* 518
1.2.5. Horas *in itinere* e petroleiros (Tese vinculante em IRR nº 50 do TST) 519
1.2.6. Horas *in itinere* e empregados rurais (Tese vinculante em IRR nº 172 do TST) 519
1.3. Sobreaviso e prontidão 520
1.4. Empregados não submetidos à limitação da jornada 522
1.4.1. Gerentes com poderes de gestão 522
1.4.2. Atividade externa 524
1.4.2.1. Motoristas 524
1.4.2.1.2. Tempo de espera do motorista 527
1.4.3.4. Alteração do teletrabalho para o regime presencial 539
1.4.3.5. Controle da jornada: teletrabalho por jornada e por produção ou tarefa 539
1.4.3.6. Responsabilidade pelos equipamentos e pela infraestrutura 540
1.4.3.7. Meio ambiente de trabalho e saúde do teletrabalhador 541
1.4.3.8. Teletrabalho de estagiários e aprendizes 542
1.4.3.9. Norma aplicável: base territorial e teletrabalho fora do território nacional 542
1.4.3.10. Prioridade na alocação de vagas de teletrabalho 543
1.4.3.11. Teletrabalho em estado de calamidade pública 543
1.5. Regime de tempo parcial (Reforma Trabalhista) (art. 58-A da CLT) 544
1.5.1. Salário proporcional 546
1.5.2. Adesão dos empregados atuais ao regime de tempo parcial 547
1.5.3. Adicional de horas extras no regime de tempo parcial 547
1.5.3.1. A base de cálculo das horas extras e a tese vinculante em IRR nº 280 do TST 548
1.5.4. Compensação de jornada 549
1.5.5. Férias dos empregados em regime de tempo parcial 549
1.5.6. Abono pecuniário de férias 550
1.5.7. Reforma Trabalhista e Direito intertemporal (eficácia temporal da Reforma Trabalhista – tese vinculante nº 23 do TST) 551
1.5.8. Empregado doméstico 553
1.6. Turnos ininterruptos de revezamento 553
1.6.1. Súmula nº 423 do TST e sua superação pelo Tema 1046 da repercussão geral 554
1.7. Trabalho noturno 555
1.7.1. O adicional noturno 556
1.7.2. A hora noturna reduzida 556
1.7.3. Regras especiais: rural, doméstico e advogado empregado 556
1.7.4. Horários mistos 557
1.7.5. Prorrogação do horário noturno 557
1.7.6. A jornada 12x36 e o trabalho noturno .. 557
1.8. Jornada do bancário 559
1.8.1. A regra: jornada de seis horas 559
1.8.2. O cargo de confiança do art. 224, § 2º, e a jornada de oito horas 559
1.8.3. O gerente-geral de agência e o art. 62, II, da CLT 559
1.8.4. Divisor da hora de salário do bancário . 561
1.8.4. Divisor da hora de salário do bancário . 563
1.8.4.1. A regra: divisores 180 e 220 e o sábado como dia útil não trabalhado 563
1.8.4.2. A história da Súmula nº 124: de 2012 a 2017 564
1.8.4.3. O divisor do bancário depois da Emenda Constitucional nº 141/2026 565
1.8.5. Quem é bancário para efeito de jornada reduzida 567
1.8.6. Intervalo de digitação para caixa bancário da Caixa Econômica Federal (Tese vinculante em IRR nº 51 do TST) 569
2. Trabalho extraordinário (Reforma Trabalhista): hipóteses de prorrogação 569
2.1. Limite de tolerância (Reforma Trabalhista) 570
2.1.1. A ampliação do limite por negociação coletiva 570
2.1.2. A ultrapassagem do limite e as hipóteses do art. 4º, § 2º 571
2.1.2.1. Proteção pessoal 571
2.1.2.2. Atividades particulares 572
2.1.3. Limite de tolerância no intervalo intrajornada 572
2.2. Acordo de prorrogação (Reforma Trabalhista) 572
2.3. Compensação (Reforma Trabalhista) 573
2.3.1. Não atendimento das exigências legais para a compensação de jornada 575
2.3.2. Prestação de horas extras habituais em regime de compensação de jornada 576
2.3.3. Banco de horas (Reforma Trabalhista) ... 577

2.3.4. Prorrogação de jornada em atividade insalubre (Reforma Trabalhista)..... 579
2.3.4.1. Jornada de trabalho 12 x 36 e atividades insalubres..... 580
2.4. Jornada 12x36..... 580
2.4.1. Da construção jurisprudencial à regulamentação legal..... 580
2.4.2. Regulamentação vigente: o art. 59-A da CLT e a validade do acordo individual... 581
2.4.3. Horas extras habituais e a descaracterização do regime..... 582
2.4.4. Intervalo intrajornada..... 582
2.4.5. Descanso semanal remunerado e feriados. 583
2.4.6. Trabalho noturno..... 583
2.4.7. Jornada 12x36 em atividades insalubres. 584
2.4.8. Jornada 12x36 do empregado doméstico..... 584
2.4.9. A mulher na jornada 12x36: a escala de revezamento quinzenal do art. 386 da CLT..... 584
2.5. Prorrogação por necessidade imperiosa (Reforma Trabalhista)..... 586
2.5.1. Força maior..... 586
2.5.2. Conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízos.... 588
2.6. Recuperação de horas..... 588
3. Período de descanso..... 589
3.1. Intervalos..... 589
3.1.1. Intervalo intrajornada..... 589
3.1.1.1. Fim do intervalo para jornada extraordinária da mulher (Reforma Trabalhista)..... 591
3.1.1.2. Redução e fracionamento do intervalo intrajornada (Reforma Trabalhista)..... 591
3.1.1.3. Limite de tolerância no intervalo intrajornada..... 594
3.1.1.4. Consequências da supressão ou redução do intervalo intrajornada (Reforma Trabalhista)..... 594
3.1.1.5. Intervalo intrajornada e redução da hora ficta da hora noturna..... 596
3.1.1.6. Intervalos remunerados..... 596
3.1.2. Intervalo interjornada..... 600
3.2. DSR – Descanso semanal remunerado e feriado (Lei nº 605/49)..... 602
3.2.1. O repouso semanal de 2 dias e a compensação de folgas (EC nº 141/2026).... 603
3.2.2. Requisitos para a remuneração do DSR 608
3.2.3. Atestados médicos no Direito do Trabalho..... 608
3.2.3.1. Exigência de CID em atestados médicos..... 610
3.2.3.2. Efeitos jurídicos da alta médica concedida pelo INSS e limbo jurídico previdenciário.. 610
3.2.4. Trabalho no DSR e em feriados: quando é permitido..... 613
3.2.4.1. Autorização para o trabalho em domingos e feriados em atividades em geral..... 615
3.2.4.2. Trabalho em domingos e feriados no comércio em geral.. 617
3.2.4.3. A regulamentação do trabalho em feriados no comércio e a polêmica da antiga Portaria nº 3.665/2023..... 619
3.2.5. Escala de revezamento quinzenal para as mulheres..... 623
3.2.5.1. A recepção do art. 386 pela Constituição: da controvérsia à consolidação..... 623
3.2.5.2. Consequência do descumprimento: pagamento em dobro..... 624
3.2.5.3. A escala quinzenal para mulheres não pode ser reduzida por norma coletiva..... 624
3.2.5.4. A trabalhadora em jornada 12x36: a escala especial afasta o revezamento quinzenal?..... 625
3.2.6. Remuneração do DSR..... 626
3.2.6.1. Integração do adicional de horas extras no DSR..... 627
3.3. Feriados..... 632
3.4. Férias..... 633
3.4.1. Introdução..... 633
3.4.2. Período aquisitivo..... 633
3.4.3. Duração do período de férias..... 633
3.4.4. Perda do direito de férias..... 634
3.4.4.1. Tema nº 221 da Repercussão Geral do STF..... 634
3.4.5. Período concessivo..... 635
3.4.6. Fracionamento de férias individuais (Reforma Trabalhista)..... 636
3.4.6.1. Empregados menores de 18 anos e maiores de 50 anos.... 637
3.4.7. Remuneração das férias..... 637
3.4.8. Abono pecuniário de férias..... 638
3.4.9. Férias concedidas após o período concessivo..... 639
3.4.9.1. ADPF 501/SC: Inconstitucionalidade da Súmula nº 450 do TST..... 640
3.4.10. Férias do professor..... 641
3.4.11. Término do contrato de trabalho e pagamento das férias proporcionais..... 642
3.4.12. Prescrição..... 643
3.4.13. Férias individuais durante a pandemia de coronavírus (MPs nº 927/2020 e 1.046/2021 – vigência encerrada) e legislação de exceção 644
3.4.14. Férias coletivas..... 644
3.4.14.1. Concessão de férias coletivas durante a pandemia (MP nº 927/2020 e MP nº 1.046/2021, vigência encerrada) e legislação de exceção..... 645

4. Súmulas, orientações jurisprudenciais e Teses vinculantes do TST 646
5. Legislação relacionada ao capítulo 653
6. Questões fundamentadas 654
7. Meu resumo para memorização do CAPÍTULO 661
7.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?. 661

CAPÍTULO VII

REMUNERAÇÃO 669

1. Salário e remuneração 669
1.1. Gorjetas 669
1.1.1. Modificações legislativas das gorjetas nos últimos anos 669
1.1.2. Alterações promovidas pela Lei nº 13.419/2017 669
1.1.3. Revogação da regulamentação pela Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) . 670
1.1.4. Tentativa de correção do erro pela MP nº 808/2017 ("Reforma da Reforma") 670
1.1.5. Portaria MTb nº 349, de 23 de maio de 2018 e Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 670
1.1.6. Nova tentativa de regulamentação das gorjetas pela MP nº 905/2019 (vigência encerrada) 670
1.1.7. Gueltas 671
1.2. Salário mínimo, salário profissional, piso salarial e salário normativo 671
1.2.1. Salário mínimo do professor 673
1.2.2. Salários profissionais e normativos 673
1.2.2.1. Piso salarial nacional da enfermagem 674
1.3. Salário complessivo 676
2. Parcelas salariais (Reforma Trabalhista) 676
2.1. Comissões e percentagens 677
2.1.1. Época do pagamento das comissões e percentagens 679
2.1.2. Comissões sobre vendas a prazo (Tese vinculante em IRR nº 57 do TST) e comissões sobre vendas canceladas (Tese vinculante em IRR nº 65 do TST) 679
2.1.3. Assunto correlato: comissões dos bancários na venda de produtos do grupo econômico (Tese vinculante em IRR nº 56 do TST) 680
2.2. Gratificações (Reforma Trabalhista) 680
2.2.1. Gratificação de função de confiança (Reforma Trabalhista) 681
2.2.1.1. Gratificação de função de confiança e direito intertemporal (Tese vinculante em IRR nº 23 do TST 683
2.2.2. Gratificação por tempo de serviço 683
2.2.3. Gratificação semestral 684
2.3. Décimo terceiro salário 684
2.3.1. Décimo terceiro salário proporcional 685
2.4. Outras parcelas salariais 685
2.5. Adicionais salariais 686
2.5.1. Adicional de horas extraordinárias 687
2.5.1.1. Introdução 687
2.5.1.2. O divisor do salário-hora depois da EC nº 141/2026 690
2.5.1.3. Elevação do divisor do salário-hora por instrumento coletivo de trabalho 693
2.5.2. Adicional noturno 694
2.5.3. Adicional de transferência 695
2.5.4. Adicional de periculosidade 695
2.5.4.1. Atividades perigosas 695
2.5.4.2. Base de cálculo 701
2.5.4.3. Necessidade de perícia 702
2.5.4.4. Cumulação do adicional de periculosidade 702
2.5.4.5. Da flexibilização do adicional de periculosidade 703
2.5.5. Adicional de insalubridade 705
2.5.5.1. Teses vinculante em IRR do TST sobre atividades insalubres 706
2.5.5.1. Base de cálculo 709
2.5.5.2. Enquadramento do grau de insalubridade (Reforma Trabalhista) 710
2.5.5.3. Reflexo nas demais parcelas.. 712
2.5.5.4. Ambientes insalubres e horas extras 712
2.5.5.5. Fornecimento de EPI e Ambiente de trabalho 714
2.5.5.6. Afastamento de gestante e lactante de atividades insalubres (Reforma Trabalhista) 715
2.5.5.7. Adicional de penosidade (ADO nº 74/DF) 716
3. Parcelas sem natureza salarial 717
3.1.1. E se a empresa não tiver lucro? 718
3.1.2. E se o trabalhador não atingir as metas previstas em ACT ou CCT? 718
3.1.3. PLR proporcional 718
3.1.4. Flexibilização da PLR: a Súmula nº 451 do TST está superada? 719
3.1.5. Participação dos empregados na gestão da empresa (ADO 85/DF) 719
3.2. Ajuda de custo 720
3.3. Diárias para viagem (Reforma Trabalhista) 720
3.4. Vale-transporte 720
3.4.1. Desconto no salário do empregado 721
3.4.2. Natureza jurídica da parcela 721
3.4.3. Vale-transporte nas férias e faltas do empregado 721
3.4.4. Vale-transporte do empregado doméstico e do avulso 721
3.4.5. Declaração falsa e mau uso do vale-transporte 722
3.4.6. Ônus da prova 722
3.5. Salário-família 722
3.5.1. Carência 723
3.5.2. Valor do benefício 723
3.5.3. Cessação do benefício 723
3.6. PIS/PASEP 724
3.7. Stock option 724

3.8. Abonos (Reforma Trabalhista) 725
3.9. Prêmios (Reforma Trabalhista) 725
3.9.1. Bichos 726
3.10. Auxílio-alimentação (Reforma Trabalhista) 726
3.10.1. Natureza jurídica do auxílio-alimentação 727
3.10.1.1. Natureza jurídica do auxílio-alimentação e a tese vinculante em IRR nº 121 do TST.... 727
3.10.2. Programa de Alimentação do Trabalhador. 728
3.10.2.1. O PAT e o decreto nº 12.712, de 11 de novembro de 2025. 728
4. Salário-utilidade ou salário *in natura* 729
4.1. Limites do Salário-utilidade 731
4.2. Utilidades previstas em lei que não integram o salário 732
4.3. Valor da utilidade e suas especificidades para o empregado urbano 733
4.3.1. O valor real da utilidade nas hipóteses de descontos e de incorporação 735
4.3.2. A repercussão da utilidade em outras parcelas 736
4.4. Valor da utilidade e suas especificidades para o empregado doméstico 736
4.5. Valor da utilidade e suas especificidades para o empregado rural 737
4.6. Auxílio-alimentação 738
5. Da forma, do tempo e do local do pagamento 739
6. Garantias de proteção ao salário 741
6.1. Irredutibilidade salarial 742
6.1.1. Redução proporcional dos salários e de jornada durante a pandemia de coronavírus (Lei nº 14.020/2020) e legislação de exceção 742
6.2. Intangibilidade salarial 744
6.3. Vedação ao *truck system* 746
6.4. Pagamento na primeira audiência judicial 746
6.5. Proteção em face dos credores 746
6.6. Pagamento por fora ou extrafolha 747
7. Equiparação salarial (Reforma Trabalhista) 748
7.1. Requisitos da equiparação salarial 748
7.1.1. Identidade de empregadores 749
7.1.2. Trabalho no mesmo estabelecimento do empregador 750
7.1.3. Identidade de funções 750
7.1.4. Trabalho de igual valor 751
7.1.5. Diferença de tempo de serviço de, no máximo, 4 anos e na mesma função de, no máximo, 2 anos 751
7.1.6. Inexistência de quadro de carreira ou de plano de cargos e salários 752
7.1.6.1. Critérios de promoção por antiguidade e merecimento .. 753
7.2. Trabalhador readaptado 753
7.3. Equiparação salarial na Administração Pública .. 754
7.4. Equiparação salarial em cadeia 755
7.5. Multa por conduta discriminatória 756
7.6. Equiparação por equivalência e salário-substituição 758
8. Acúmulo de função e desvio de função 759
8.1. Acúmulo de função 759
8.2. Desvio de função 761
8.3. Semelhanças e diferenças entre o acúmulo de função e o desvio de função 762
9. Súmulas, orientações jurisprudenciais e Teses vinculantes do TST 763
10. Legislação relacionada ao capítulo 772
11. Questões fundamentadas 773
12. Meu resumo para memorização do Capítulo 780
12.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?. 781

CAPÍTULO VIII

ESTABILIDADE E FGTS 789
1. Introdução 789
2. Proibição da dispensa arbitrária e posicionamento do STF sobre a convenção 158 da OIT 790
2.3. Julgamento das ADI 1625 e ADC 39 791
3. Estabilidade por tempo de serviço 792
4. Garantias provisórias de emprego ou estabilidades provisórias 792
4.1. Dirigente sindical 792
4.2.1. A garantia de emprego da gestante 796
4.2.2. Irrelevância do conhecimento da gravidez (Tema nº 497 de Repercussão Geral do STF) 796
4.2.3. A prova da gravidez e a dúvida sobre a data da concepção (tese vinculante em IRR nº 119 do TST) 797
4.2.4. A indisponibilidade da garantia 797
4.2.4.1. Falta grave 797
4.2.4.2. Pedido de demissão e assistência sindical (tese vinculante em IRR nº 55 do TST) 798
4.2.4.3. Negociação coletiva 798
4.2.4.4. Recusa à reintegração oferecida (tese vinculante em IRR nº 134 do TST) 799
4.2.4.5. Ajuizamento após o término do período estabilitário (tese vinculante em IRR nº 279 do TST) 799
4.2.5. A estabilidade nas diferentes formas de contratação 800
4.2.5.1. Contrato por prazo determinado e contrato de experiência (tese vinculante em IRR nº 163 do TST) 800
4.2.5.2. Gravidez no curso do aviso-prévio 800
4.2.5.3. Contratação por prazo determinado pelo setor público (Tema nº 542 de Repercussão Geral do STF) 801
4.2.5.4. Trabalho temporário da Lei nº 6.019/1974 e a superação do Incidente de Assunção de Competência nº 2 do TST 801

4.2.6. Efeitos da dispensa: reintegração e indenização substitutiva 803
4.2.7. O questionamento das teses vinculantes no STF: a ADPF nº 1288 803
4.2.8. Estabilidade da gestante e redução de salários e de jornada ou suspensão contratual (Lei nº 14.020/2020) e legislação de exceção 805
4.2.9. Afastamento de gestantes e de lactantes de atividades insalubres 805
4.2.10. Afastamento de gestantes durante a pandemia de COVID-19 (Lei nº 14.151/2021, alterada pela Lei 14.311/2022) 806
4.3. Empregado representante da CIPA 810
4.4.1. Requisitos da garantia provisória de emprego 811
4.4.2. Doença ocupacional reconhecida depois do fim do contrato 812
4.4.3. Estabilidade no contrato por prazo determinado 812
4.4.4. Estabilidade do empregado doméstico 813
4.4.5. Acidentes equiparados e acidente de trajeto 813
4.4.6. Termo inicial da prescrição 813
4.5. Empregado membro da Comissão de Conciliação Prévia – CCP 814
4.6. Representante dos empregados (Reforma Trabalhista) 814
4.7. Outras hipóteses 815
4.7.1. Membros do Conselho Nacional da Previdência Social 815
4.7.2. Membros do conselho curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS 815
4.7.3. Empregados eleitos diretores de sociedades cooperativas 815
4.7.4. Empregado público 815
4.7.4.1. Dispensa sem justa causa do empregado público e necessidade de motivação (Tema 1022 de Repercussão Geral do STF) 816
4.7.4.2. Estabilidade da gestante no serviço público (Tema 542 de Repercussão Geral do STF) 818
4.7.5. Garantia de emprego do empregado pai (Lei nº 15.371/2026, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027) 818
4.7.6. Pandemia – Estabilidade provisória na hipótese de redução de salários e de jornada ou de suspensão temporária do contrato de trabalho (art. 10 da Lei nº 14.020/2020) e legislação de exceção ... 818
4.7.7. Estabilidade da pessoa com deficiência durante a pandemia do coronavírus (art. 17, V, da Lei nº 14.020/2020) e legislação de exceção 819
4.7.8. Programa Especial de Suporte a Empregos (Lei nº 14.043/2020) 819
4.8. Compromissos públicos de manutenção de emprego 820
5. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) 821
5.2.1. A conta vinculada 822
5.4.1. O aviso-prévio indenizado e a base da indenização de 40% 825
5.6. Correção monetária dos depósitos 825
5.7.1. O saque-aniversário 828
5.7.2. O saque por desastre natural 828
5.7.3. Os saques extraordinários de vigência temporária 829
5.8. A indenização sobre os depósitos 829
5.8.1. A indenização do empregado doméstico 830
5.9.1. A impossibilidade de pagamento do FGTS diretamente ao empregado 830
5.11. Rescisão indireta por irregularidade no recolhimento 832
6. Súmulas, orientações jurisprudenciais e Teses vinculantes do TST 833
7. Legislação relacionada ao capítulo 836
8. Questões fundamentadas 837
9. Meu resumo para memorização do Capítulo 841
9.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?. 842

CAPÍTULO IX

SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (MEIO AMBIENTE DE TRABALHO), DANO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E INDENIZAÇÕES 847

1. Segurança e Medicina do Trabalho (meio ambiente de trabalho) 847
1.1. Introdução 847
1.2. Deveres do empregador 848
1.2.1. Dever de informação sobre campanhas de vacinação, HPV e exames preventivos (Lei nº 15.377/2026) 849
1.3. Deveres do empregado 850
1.4. Do papel do Ministério do Trabalho e Emprego 850
1.4.1. Interdição ou embargo e inspeção prévia 851
1.4.2. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) 853
1.4.3. Fatores de risco psicossociais no gerenciamento de riscos ocupacionais 854
1.4.3.1. O conceito de fator de risco psicossocial e o seu recorte ... 854
1.4.3.2. As três alterações promovidas pela Portaria MTE nº 1.419/2024 855
1.4.3.3. Quem está obrigado a avaliar os riscos psicossociais 857
1.4.3.4. A suspensão da eficácia sancionatória pelo STF (ADPF nº 1.316) 858

1.5. CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio 859
1.5.1. Objetivos e atribuições da CIPA 860
1.5.2. Constituição e organização da CIPA 860
1.5.3. Mandato e estabilidade 862
1.6. Da competência para apreciar e julgar questões ligadas ao ambiente de trabalho 863
2. Da reparação do dano nas relações de trabalho e indenizações 864
2.1. Introdução 864
2.2. Dano material ou patrimonial 865
2.3.1. Regulamentação do dano extrapatrimonial 865
2.3.1.1. Conceito e fundamento 865
2.3.1.2. O art. 223-A da CLT e a aplicação subsidiária do direito comum 866
2.3.1.3. Responsabilidade objetiva do empregador 867
2.3.2. Requisitos para a configuração do dano extrapatrimonial 867
2.3.2.1. Dano 868
2.3.2.2. Ação ou omissão e nexo causal 869
2.3.2.3. Culpa 870
2.3.3. Titularidade do direito à reparação 871
2.3.3.1. Regra: a titularidade da vítima direta 871
2.3.3.2. Transmissão do direito à reparação aos herdeiros 871
2.3.3.3. Dano moral em ricochete 872
2.3.3.4. Prescrição da pretensão 873
2.3.4. Bens jurídicos tutelados 873
2.3.4.1. Bens juridicamente tutelados da pessoa física 873
2.3.4.2. Bens juridicamente tutelados da pessoa jurídica 874
2.3.5. Responsabilidade na proporção da ação ou da omissão 874
2.3.6. Cumulação de danos materiais e danos extrapatrimoniais 875
2.3.6.1. Perdas e danos 875
2.3.7. Arbitramento do dano extrapatrimonial 876
2.3.7.1. Critérios do caput do art. 223-G 876
2.3.7.2. Método bifásico do STJ 876
2.3.7.3. Tarifação do § 1º do art. 223-G da CLT e suas críticas 877
2.3.7.4. Julgamento das ADIs nº 6.050, 6.069 e 6.082: critérios orientativos 878
2.3.7.5. Ofendido pessoa jurídica 878
2.3.7.6. Reincidência 879
2.3.8. Dano moral coletivo 879
2.3.9. Dano moral *in re ipsa* 880
2.3.9.1. Conceito 880
2.3.9.2. Os precedentes vinculantes do TST 880
2.3.10. Transporte de valores por empregado não especializado (Tese vinculante nº 61 do TST) 883
2.5.1. Conceito e fundamento 884
2.5.2. Dano existencial e jornada extenuante 885
2.5.4. Direito à desconexão 885
2.6. Assédio nas relações de trabalho 886
2.6.1. Assédio moral 886
2.6.2. Assédio eleitoral 887
2.6.3. Assédio sexual 889
2.6.3.1. Do papel da CIPA no combate ao assédio sexual e outras formas de violência 890
2.6.4. Assédio processual 891
2.6.5. Assédio religioso 891
2.7. Do papel de outros agentes e órgãos de proteção no combate ao assédio nas organizações 892
3. Responsabilidade civil decorrente de acidentes do trabalho 893
3.1. Introdução 893
3.2. Acidente do trabalho: conceito e espécies 893
3.2.1. Conceito 893
3.2.2. Acidente do trabalho típico 893
3.2.3. Doenças ocupacionais 893
3.2.4. Acidentes por equiparação 894
3.2.5. COVID-19 como doença ocupacional 895
3.2.6. Nexo técnico epidemiológico 896
3.3. Efeitos previdenciários e contratuais do acidente . 897
3.3.1. Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT) 896
3.3.2. Benefícios previdenciários acidentários 897
3.3.3. Seguro contra acidentes de trabalho e indenização 897
3.3.4. Garantia provisória de emprego do acidentado 897
3.3.5. Depósitos do FGTS durante o afastamento 898
3.4. Responsabilidade civil do empregador: regra e exceção 898
3.4.1. Os dois sistemas de responsabilidade do Código Civil 898
3.4.2. Estado atual: Tema nº 932 do STF 899
3.4.3. Regra: responsabilidade subjetiva 899
3.4.4. Exceção: responsabilidade objetiva 899
3.4.4.1. Casos especificados em lei 900
3.4.4.2. Atividades de risco 900
3.5. Pressupostos da responsabilidade no acidente de trabalho 901
3.5.1. Conduta culposa do empregador 901
3.5.1.1. Culpa presumida e ônus da prova 901
3.5.2. Nexo de causalidade 901
3.5.2.1. Concausalidade 902
3.5.2.2. Excludentes do nexo causal 902
3.5.2.3. Culpa concorrente da vítima . 902
3.6. Dano e reparação 903
3.6.1. Cumulação das indenizações 903
3.6.2. Dano material: perdas e danos 903
3.6.3. Dano moral 904
3.6.4. Dano estético 905
3.6.5. Perda de uma chance 905
3.6.6. Indenizações e pensões do Código Civil .. 905
3.6.6.1. Morte da vítima 905
3.6.6.2. Incapacidade temporária 906

3.6.6.3. Incapacidade permanente 907
3.6.6.4. Cumulação da pensão com salário e com benefício previdenciário 907
3.7. Prescrição da pretensão reparatória 908
4. Súmulas, orientações jurisprudenciais e Teses vinculantes do TST 910
5. Legislação relacionada ao capítulo 912
6. Questões fundamentadas 912
7. Meu resumo para memorização do Capítulo 918
7.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?. 918

CAPÍTULO X

AVISO-PRÉVIO, TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO, PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA 921

1. Aviso-prévio 921
1.1. Estabilidade adquirida durante o período do aviso-prévio 922
1.2. Aviso-prévio concedido pelo empregador 923
1.3. Aviso-prévio concedido pelo empregado 927
1.4. Aviso-prévio no contrato por prazo determinado 927
1.5. Reconsideração do aviso-prévio 927
1.6. Falta grave no curso do aviso-prévio 928
2. Término do contrato de trabalho 929
2.1. Resilição 929
2.1.1. Proibição da dispensa arbitrária e posicionamento do STF sobre a Convenção 158 da OIT 929
2.1.2. Hipóteses de resilição unilateral 929
2.1.2.1. Pedido de demissão 929
2.1.2.2. Dispensa ou despedida sem justa causa 932
2.1.2.3.5. Quitação plena e irrevogável 935
2.1.3. Resilição Bilateral: Distrato (Reforma Trabalhista) 936
2.1.3.1. Verbas rescisórias devidas no distrato 937
2.1.3.2. Saque dos depósitos do FGTS 938
2.1.3.3. Projeção do aviso prévio indenizado no distrato 938
2.1.3.4. Seguro-desemprego 939
2.2. Resolução 940
2.2.1. Dispensa por justa causa – art. 482 da CLT 940
2.2.1.1. Verbas devidas na dispensa por justa causa 945
2.2.1.2. Multa do art. 477, § 8º, na reversão da justa causa (Tese vinculante nº 71 do TST) 945
2.2.1.3. Consequências da reversão da justa causa em juízo 946
2.2.2. Rescisão indireta (ou dispensa indireta) – art. 483 da CLT 948
2.2.2.1. Necessidade de deixar o serviço 949
2.2.2.2. Verbas rescisórias devidas na rescisão indireta (ou dispensa indireta) 950
2.2.2.3. Multa do § 8º, art. 477 da CLT em caso de rescisão indireta (Tese vinculante nº 52 do TST) 950
2.2.3. Culpa recíproca (art. 484 da CLT e Súmula nº 14 do TST) 951
2.3. Rescisão 953
2.4. Demais hipóteses de término do contrato de trabalho 953
2.4.1. Término do contrato por prazo determinado 953
2.4.2. Força maior 954
2.4.2.1. Dispensa por força maior durante a pandemia 954
2.4.3. Morte do empregador – art. 485, CLT 955
2.4.4. Aposentadoria 955
2.4.5. Fato do príncipe ou *factum principis* 956
2.4.5.1. Fato do príncipe durante a pandemia 956
2.4.6. Dispensa discriminatória 957
2.4.6.1. Indenização dobrada pela dispensa discriminatória 959
2.4.6.2. ADPF 648 e a constitucionalidade da Súmula nº 443 do TST 960
2.4.7. Término do contrato de trabalho – Pessoa com deficiência 960
2.5. Obrigações decorrentes do término do contrato de trabalho (Reforma Trabalhista) 961
2.5.1. Extinção da homologação das verbas trabalhistas 962
2.5.1.1. Homologação de acordo extrajudicial 963
2.5.2. Recibo de quitação das verbas trabalhistas 964
2.5.3. Forma de pagamento das verbas rescisórias 965
2.5.4. Prazo para cumprimento das obrigações decorrentes da extinção do contrato de trabalho 965
2.5.5. Fim da assistência na rescisão contratual 966
2.5.6. Multa do art. 477, § 8º, CLT 966
2.5.7. Reconhecimento judicial do vínculo de emprego (tese vinculante nº 168 do TST) 969
2.5.8. Administração Pública e Massa falida 969
2.5.9. Multas do art. 467 e art. 477, § 8º, da CLT e sua aplicabilidade às empresas em recuperação judicial (Tese vinculante nº 139 do TST) 969
2.5.10. Parcelamento das verbas rescisórias e multa do art. 477, § 8º, da CLT 970
2.5.11. Multa do art. 477, § 8º, da CLT e atraso na entrega dos documentos rescisórios (Tese vinculante nº 127 do TST) 971

2.5.12. Multa do art. 477, § 8º, da CLT e a incidência sobre todas as parcelas de natureza salarial ... 972
2.5.13. Pagamento parcial das verbas rescisórias e a multa do art. 477, § 8º, da CLT (Tese vinculante nº 164 do TST) ... 972
2.5.14. A ausência ou o atraso no pagamento das verbas rescisórias e o dano moral in re ipsa (Tese vinculante nº 143 do TST) 972
2.5.15. Saque do FGTS e requerimento do seguro-desemprego ... 973
2.6. Quitação anual de obrigações trabalhistas (Reforma Trabalhista) ... 973
3. Prescrição e decadência ... 976
3.1. Prescrição ... 976
3.1.1. Prazos prescricionais ... 977
3.1.2. Prescrição total e parcial (Reforma Trabalhista) ... 978
3.1.3. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição (Reforma Trabalhista) ... 981
3.1.3.1. Prazos prescricionais durante a pandemia de COVID-19 e legislação de exceção ... 982
3.1.4. Prescrição do FGTS ... 983
3.1.5. Prescrição do avulso ... 984
3.1.6. Imprescritibilidade das anotações na CTPS e retificação do PPP ... 985
3.1.7. Prescrição de ofício ... 986
3.1.8. Prescrição intercorrente ... 986
3.1.8.1. Posicionamento dos tribunais antes da Lei ... 987
3.1.8.2. Prazo de 2 anos ... 988
3.1.9. A mudança de regime celetista para estatutário e a prescrição ... 990
3.2. Decadência ... 991
4. Súmulas, orientações jurisprudenciais e Teses vinculantes do TST ... 992
5. Legislação relacionada ao capítulo ... 995
6. Questões fundamentadas ... 995
7. Meu resumo para memorização do Capítulo ... 1002
7.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?. 1003

CAPÍTULO XI

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO ... 1005

1. Introdução ... 1005
2. Princípios específicos de Direito Coletivo do Trabalho 1006
2.1. Liberdade sindical ... 1006
2.2. Princípio da autorregulamentação ... 1008
2.3. Limite da negociação coletiva ou princípio da adequação setorial negociada ... 1008
2.4. Princípio da boa-fé ou da lealdade e boa-fé ou da transparência ... 1011
3. Organização sindical brasileira ... 1011
3.1.1. Divisão dos sindicatos em categorias ... 1011
3.1.1.1. Categoria econômica ... 1012
3.1.1.2. Categoria profissional ... 1012
3.1.1.3. Categoria profissional diferenciada ... 1013
3.1.1.1. Criação do sindicato com base no porte da empresa (Tema nº 488 da Repercussão Geral do STF) ... 1015
3.1.2. Fundação do sindicato e a Convenção Internacional nº 87 da OIT ... 1016
3.1.3. Livre filiação dos trabalhadores ... 1019
3.1.4. Organização do sindicato ... 1019
3.1.4.1. Dos limites da intervenção estatal na organização interna dos sindicatos ... 1019
3.1.4.2. Órgãos do sindicato ... 1021
3.2.1. Contribuição sindical ... 1024
3.2.1.1. Regime anterior à Reforma Trabalhista: natureza de tributo ... 1024
3.2.1.2. Regime instituído pela Reforma Trabalhista: contribuição facultativa ... 1025
3.2.1.3. Valor, datas de recolhimento e rateio ... 1026
3.2.1.4. Constitucionalidade da contribuição facultativa: ADI nº 5.794 ... 1027
3.2.1.5. Empregados sindicalizados e a exigência de autorização ... 1030
3.2.1.6. Autorização coletiva por assembleia geral ... 1030
3.2.1.7. Competência para ações sobre contribuição sindical de servidores estatutários ... 1032
3.2.2. Contribuição confederativa ... 1033
3.2.3. Contribuição assistencial ... 1034
3.2.3.1. Do entendimento clássico ao Tema nº 935 ... 1034
3.2.3.2. Limites fixados pelo STF em 2025 ... 1036
3.2.3.3. Direito de oposição: forma, tempo e lugar ... 1036
3.2.3.4. TAC firmado antes do Tema nº 935 ... 1037
3.2.3.5. Contribuições do empregador ao sindicato profissional ... 1038
3.2.4. Mensalidade sindical ... 1038
3.2.5. Controle das cobranças indevidas ... 1039
3.3. Federação e confederação ... 1040
3.4. Centrais sindicais ... 1040
4. Negociação coletiva – convenção e acordo coletivo ... 1041
4.1. Prevalência do negociado sobre o legislado (Reforma Trabalhista) ... 1044
4.1.1. Tema nº 1046 da Repercussão Geral: prevalência do negociado sobre o legislado ... 1047
4.2. Rol exemplificativo de valorização do negociado (Reforma Trabalhista) de valorização do negociado ... 1049
4.2.1. Jornada de Trabalho ... 1050
4.2.2. Banco de horas ... 1051
4.2.3. Intervalo Intrajornada ... 1053
4.2.4. Programa Seguro-Emprego ... 1053

4.2.5. Plano de cargos, salários e funções e identificação dos cargos de confiança .. 1054
4.2.6. Regulamento de empresa 1055
4.2.7. Representante dos trabalhadores no local de trabalho 1056
4.2.8. Teletrabalho, regime de sobreaviso e trabalho intermitente..... 1056
4.2.9. Remuneração por produtividade e por desempenho individual..... 1057
4.2.10. Registro de Jornada..... 1057
4.2.11. Troca de dia dos feriados 1058
4.2.12. Enquadramento do grau de insalubridade..... 1058
4.2.13. Prorrogação da jornada em ambientes insalubres 1060
4.2.14. Prêmios e incentivos 1061
4.2.15. Participação nos lucros ou resultados da empresa 1061
4.3. Discussões sobre os limites da flexibilização trabalhista por instrumento coletivo 1062
4.3.1. Natureza salarial da parcela recebida.... 1064
4.3.2. Alteração prejudicial do contrato de trabalho 1064
4.3.3. Pagamento parcelado de gratificações. 1064
4.3.4. Fracionamento de férias..... 1065
4.3.5. Parcelamento das verbas rescisórias e multa do art. 477, § 8º, da CLT 1065
4.4. Poder Judiciário e controle dos instrumentos coletivos de trabalho (Reforma Trabalhista)..... 1065
4.5. Litisconsórcio necessário dos sindicatos em ações que tenham como objeto a anulação de cláusulas de instrumento coletivo de trabalho .. 1066
4.5.1. Princípio da contrapartida e garantia provisória na hipótese de redução salarial (Reforma Trabalhista)..... 1067
4.5.2. Anulação de cláusula compensatória em instrumento coletivo..... 1068
4.6. Limites ao negociado (Reforma Trabalhista e Tema 1046 do STF)..... 1069
4.6.1. Rol taxativo de limitação à negociação coletiva..... 1085
4.6.2. Normas de identificação do trabalhador e anotações na CTPS..... 1086
4.6.3. Seguro-desemprego 1086
4.6.4. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) 1086
4.6.5. Salário mínimo..... 1087
4.6.6. Valor nominal do 13º salário..... 1087
4.6.7. Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno..... 1087
4.6.8. Proteção do salário 1088
4.6.9. Salário-família 1089
4.6.10. Repouso semanal remunerado 1089
4.6.11. Remuneração dos serviços extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal..... 1090
4.6.12. Direito de férias e duração 1090
4.6.13. Licença-maternidade, com duração mínima de 120 dias..... 1090
4.6.14. Licença-paternidade..... 1091
4.6.15. Proteção do mercado de trabalho da mulher..... 1092
4.6.16. Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço de, no mínimo, 30 dias..... 1093
4.6.17. Normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego 1093
4.6.18. Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas . 1093
4.6.19. Aposentadoria..... 1094
4.6.20. Seguro contra acidentes de trabalho 1094
4.6.21. Prescrição 1094
4.6.22. Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador com deficiência 1095
4.6.23. Trabalho do adolescente e Medidas de proteção legal às crianças e adolescentes..... 1095
4.6.24. Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso..... 1096
4.6.25. Liberdade de associação profissional ou sindical 1096
4.6.26. Direito de não sofrer desconto ou cobrança salarial previsto em convenção ou acordo trabalhista..... 1096
4.6.27. Direito de greve e serviços essenciais ... 1097
4.6.28. Tributos e outros créditos de terceiros.. 1098
4.6.29. Proteção do trabalho da mulher..... 1098
4.6.30. Regras sobre duração do trabalho e intervalos..... 1098
4.7. Dispensa em massa (Reforma Trabalhista) 1099
4.8. Requisitos formais da negociação coletiva..... 1102
4.9. Vigência dos instrumentos coletivos de trabalho (Reforma Trabalhista)..... 1104
4.9.1. Antes da alteração da Súmula nº 277 do TST..... 1105
4.9.2. Após a alteração da Súmula nº 277 do TST..... 1105
4.9.3. Liminar do STF (ADPF 323/DF)..... 1107
4.9.4. Alteração promovida pela Reforma Trabalhista..... 1108
4.9.5. Decisão final do STF (ADPF 323/DF)..... 1108
4.9.6. Sentença normativa 1109
5. Greve..... 1110
5.1. Introdução 1110
5.2. Interesses defendidos na greve 1112
5.3. Direitos e deveres dos grevistas 1112
5.4. Greve em serviços essenciais..... 1112
5.5. Requisitos para o exercício do direito de greve... 1113
5.6. Greve no serviço público 1114
6. Representação dos empregados nas empresas (Reforma Trabalhista)..... 1118
6.1. Composição da comissão de representantes..... 1119
6.2. Atribuições da Comissão de Representantes de Empregados 1119
6.3. Eleição dos representantes dos empregados 1120
6.4. Mandato do membro da comissão de representantes do empregado..... 1122
6.4.1. Estabilidade do membro da comissão de representantes 1122
6.4.2. Guarda de documentos 1123

7. Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos na esfera trabalhista 1124
8. Súmulas, orientações jurisprudenciais e Teses vinculantes do TST 1125
9. Legislação relacionada ao capítulo 1127
11. Meu resumo para memorização do Capítulo 1140
11.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?. 1141

CAPÍTULO XII

DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO (CONVENÇÕES DA OIT) 1149
1. Introdução 1149
2. Organização Internacional do Trabalho 1151
2.1. Histórico da OIT 1151
2.2. Definição, natureza jurídica e finalidades 1154
2.3.1. A composição tripartite dos órgãos da OIT 1156
2.3.2. O tripartismo como princípio 1157
2.3.3. A Comissão Tripartite Paritária Permanente 1158
2.3.4. A nulidade da norma editada sem diálogo social 1159
2.4. Composição e competências 1160
3. Convenções e recomendações internacionais do trabalho 1162
3.1. Natureza jurídica 1163
3.2. Ciclo de vida das convenções e recomendações da OIT 1165
3.2.1. Processo de elaboração e aprovação de uma convenção da OIT 1165
3.2.2. Processo de ratificação e aplicação de uma convenção da OIT 1167
3.2.3. Vigência de uma convenção da OIT 1170
3.2.4. Revisão de uma convenção da OIT 1171
3.2.5. Denúncia de uma convenção da OIT 1171
4. *Core obligations* e as Convenções Fundamentais da OIT 1173

◉ PARTE II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

CAPÍTULO I

FONTES E INTEGRAÇÃO. PRINCÍPIOS DO PROCESSO DO TRABALHO 1181
1. Fontes e integração 1181
2. Eficácia da Norma Processual no Tempo e no Espaço. 1182
2.1. Eficácia no tempo 1182
2.1.1. Eficácia temporal da Lei nº 13.467/17 (Reforma Trabalhista) 1183
2.1.1.1. Honorários Periciais 1185
2.1.1.2. Honorários Advocatícios 1185
2.1.1.3. Recursos 1185
2.2. Eficácia no espaço 1186
3. Princípios 1186
3.1. Introdução 1186
3.2. Princípios do processo do trabalho 1186
3.2.1. Princípio da proteção 1187
3.2.2. Princípio da conciliação 1187
3.2.3. Princípio do jus postulandi 1187
3.2.4. Princípio da oralidade 1188
3.2.5. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias 1188
3.2.6. Princípio da extrapetição 1188
3.2.7. Princípio da simplicidade 1189
3.3. Princípios do Código de Processo Civil 1189
3.3.1. Princípio da primazia da decisão de mérito 1189
3.3.2. Princípio da cooperação 1189
3.3.3. Princípio da boa-fé 1190
3.4. Outros princípios processuais 1190
3.4.1. Princípio dispositivo 1190
3.4.2. Princípio inquisitivo 1190
3.4.3. Princípio do duplo grau de jurisdição ... 1190
3.4.4. Princípio da instrumentalidade das formas 1191
3.4.5. Princípio da preclusão 1191
4. Legislação relacionada ao capítulo 1191
5. Questões fundamentadas 1191
6. Meu resumo para memorização do capítulo 1193
6.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?. 1193

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO 1195
1. Introdução 1195
2. Tribunal Superior do Trabalho 1195
3. Tribunais Regionais do Trabalho 1197
4. Juízes do trabalho 1198
5. Ingresso na carreira 1199
6. Garantias dos juízes 1199
7. Vedações dos juízes 1199
8. Deveres e poderes dos juízes 1200
9. "Juízo 100% Digital" 1200
10. Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho 1201
10.1. Secretarias das varas do trabalho 1201
10.2. Secretarias dos tribunais 1202
10.3. Serviços de distribuição de feitos 1202
10.4. Oficiais de justiça avaliadores 1203
11. Legislação relacionada ao capítulo 1204
12. Questões fundamentadas 1204
13. Meu resumo para memorização do Capítulo 1205
13.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?. 1206

CAPÍTULO III

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO 1207

1. Ministério público: Conceito 1207
2. Organização 1207
3. Ministério Público do Trabalho 1208
4. Princípios institucionais 1209
   - 4.1. Unidade 1209
   - 4.2. Indivisibilidade 1209
   - 4.3. Independência funcional 1209
   - 4.4. Promotor natural 1209
5. Atribuições do ministério público do trabalho 1209
6. Interesses e direitos metaindividuais tutelados pelo ministério público 1210
7. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST 1211
8. Informativos do TST relacionados ao Tema 1211
9. Legislação relacionada ao capítulo 1212
10. Questões fundamentadas 1212
11. Meu resumo para memorização do Capítulo 1214
    - 11.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?. 1214

CAPÍTULO IV

FORMAS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E JURISDIÇÃO 1217

1. Formas de solução de conflitos 1217
2. Formas consensuais de solução de conflitos (autocomposição) 1217
   - 2.1. Mediação e Conciliação 1217
   - 2.2. Comissão de Conciliação Prévia 1219
     - 2.2.1. Introdução 1219
     - 2.2.2. Composição da Comissão de Conciliação Prévia Criada em Âmbito da Empresa 1219
     - 2.2.3. Necessidade de Submeter a Demanda à Comissão de Conciliação Prévia 1220
     - 2.2.4. Consequências da Conciliação Firmada Perante a CCP 1220
   - 2.3. Processo de jurisdição voluntária de homologação de acordo extrajudicial 1221
3. Arbitragem 1221
4. Jurisdição 1221
   - 4.1. Jurisdição voluntária 1221
   - 4.2. Jurisdição voluntária no processo do trabalho... 1222
   - 4.3. Procedimento da homologação de acordo extrajudicial 1222
     - 4.3.1. Petição conjunta 1222
     - 4.3.2. Representação por advogado 1222
     - 4.3.3. Prazo para analisar o acordo extrajudicial 1223
     - 4.3.4. Realização de audiência 1223
     - 4.3.5. Sentença 1223
     - 4.3.6. Requisitos do acordo extrajudicial 1223
       - 4.3.6.1. Transação 1223
       - 4.3.6.2. Observância do prazo para pagamento das verbas rescisórias 1224
       - 4.3.6.3. Parcelas alcançadas pelo acordo extrajudicial (quitação geral do contrato de trabalho) 1224
     - 4.3.7. Suspensão e retorno da contagem do prazo prescricional 1225
5. Informativos do TST Relacionados ao Tema 1225
6. Legislação relacionada ao capítulo 1226
7. Questões fundamentadas 1226
8. Meu resumo para memorização do Capítulo 1227
   - 8.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?. 1227

CAPÍTULO V

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO 1229

1. Competência 1229
   - 1.1. Introdução 1229
   - 1.2. Competência absoluta e relativa 1230
     - 1.2.1. Competência absoluta 1230
     - 1.2.2. Competência relativa 1230
     - 1.2.3. Diferenças entre a competência absoluta e relativa 1231
2. Critérios de modificação da competência 1231
   - 2.1. Conexão e continência 1231
3. Competência em razão da matéria e da pessoa 1232
   - 3.1. Ações oriundas da relação do trabalho 1233
     - 3.1.1. Relações de consumo 1233
     - 3.1.2. Honorários advocatícios 1233
     - 3.1.3. Ações Penais 1234
     - 3.1.4. Representantes Comerciais 1234
     - 3.1.5. Motoristas de Aplicativo 1234
     - 3.1.6. Transportadores autônomos 1235
   - 3.2. Entes de direito público externo 1235
     - 3.2.1. Estados estrangeiros 1235
     - 3.2.2. Organismos ou organizações internacionais 1236
   - 3.3. Servidores da administração pública 1236
     - 3.3.1. Relação empregatícia 1237
     - 3.3.2. Vínculo estatutário 1237
     - 3.3.3. Vínculo temporário 1238
     - 3.3.4. Cargo em comissão 1238
     - 3.3.5. Alteração do regime de contratação 1238
       - 3.3.5.1. Empregados contratados antes da CF/88, sem submissão do concurso público 1238
       - 3.3.5.2. Contratação sem concurso público após a CF/88 1238
   - 3.4. Competência trabalhista perante a greve 1239
     - 3.4.1. Dissídio coletivo de greve de servidor público 1239
   - 3.5. Ações envolvendo sindicatos 1240
   - 3.6. Mandado de segurança, habeas corpus e habeas data 1241
     - 3.6.1. Mandado de segurança 1241
     - 3.6.2. *Habeas Corpus* 1241
     - 3.6.3. *Habeas Data* 1241

3.7. Ações de indenização por dano moral ou patrimonial ... 1242
3.8. Ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização do trabalho ... 1243
3.9. Execução, de ofício, das contribuições sociais das sentenças que proferir ... 1243
3.10. Ações relacionadas ao saque do FGTS ... 1244
3.11. Complementação de aposentadoria ... 1245
3.12. Outras competências da Justiça do Trabalho ... 1245
3.13. Ações envolvendo o meio ambiente do trabalho ... 1245
3.14. Competência normativa ... 1246
4. Competência funcional ... 1246
5. Competência em razão do lugar (territorial) ... 1246
5.1. Local da prestação dos serviços ... 1247
5.1.1. Prestação de serviços em diversas localidades ... 1247
5.2. Agente ou viajante comercial ... 1247
5.3. Empregado brasileiro que trabalha no exterior ... 1248
5.4. Empregador que promove a prestação dos serviços fora do lugar da celebração do contrato ... 1248
5.5. Competência Territorial na Ação Civil Pública ... 1249
5.6. Foro de eleição ... 1250
6. Conflitos de competência ... 1250
7. Teses Vinculantes do TST ... 1252
8. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST ... 1252
9. Informativos do TST Relacionados ao Tema ... 1254
10. Legislação relacionada ao capítulo ... 1265
11. Questões Fundamentadas ... 1265
12. Meu resumo para memorização do Capítulo ... 1270
12.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?. 1271

CAPÍTULO VI

PARTES E PROCURADORES NO PROCESSO DO TRABALHO ... 1273

1. Conceito ... 1273
2. Capacidade de ser parte ... 1273
3. Capacidade processual ... 1273
3.1. Representação ... 1274
3.1.1. Incapazes ... 1274
3.1.2. Representação das pessoas jurídicas ... 1275
3.1.3. Representação em audiência ... 1276
4. Capacidade postulatória e o *jus postulandi* ... 1277
5. Representação por advogado ... 1278
5.1. Substabelecimento ... 1279
5.2. Condições de validade do mandato e do substabelecimento ... 1279
5.3. Mandato tácito ... 1280
5.4. Estagiário ... 1280
5.5. Atuação momentânea sem o instrumento de mandato ... 1281
5.6. Regularização da representação ... 1282
6. Honorários advocatícios ... 1283
6.1. Honorários advocatícios sucumbenciais ... 1283
7. Benefício da justiça gratuita ... 1285
7.1. Conceito ... 1285
7.2. Características do benefício da justiça gratuita ... 1285
7.3. Sujeitos beneficiários ... 1288
7.4. Abrangência da gratuidade ... 1288
7.5. Concessão parcial da gratuidade e parcelamento ... 1289
8. Litisconsórcio ... 1289
8.1. Esquema das classificações dos litisconsórcios ... 1292
9. Substituição processual ... 1292
10. Sucessão processual ... 1293
11. Deveres das partes e daqueles que participam do processo ... 1294
12. Litigância de má-fé ... 1295
12.1. Beneficiário da justiça gratuita ... 1295
12.2. Direito intertemporal (Lei nº 13.467/17) ... 1295
13. Assédio processual ... 1296
14. Chamamento à Autoria no Fato do Príncipe ... 1296
14.1. Procedimento ... 1297
14.2. Coronavírus e fato do príncipe ... 1297
15. Teses vinculantes do TST ... 1298
16. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST ... 1299
17. Informativos do TST relacionados ao Tema ... 1302
18. Legislação relacionada ao capítulo ... 1310
19. Questões fundamentadas ... 1310
20. Meu resumo para memorização do Capítulo ... 1312
20.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?. 1313

CAPÍTULO VII

ATOS PROCESSUAIS ... 1315

1. Introdução ... 1315
2. Comunicação dos atos processuais ... 1316
2.1. Formas de citação ... 1316
2.2. Formas de intimação ... 1318
3. Prazos processuais ... 1319
3.1. Princípios dos prazos processuais ... 1320
3.2. Contagem dos prazos processuais ... 1321
3.2.1. Contagem em dias úteis ... 1321
3.2.2. Início da contagem quando marcada audiência de julgamento ... 1322
3.2.3. Contagem dos prazos no processo eletrônico ... 1322
3.2.4. Interrupção e suspensão ... 1323
3.2.4.1. Recesso forense ... 1324
3.3. Prazos diferenciados ... 1324
3.4. Principais prazos processuais ... 1325
4. Despesas processuais ... 1326
4.1. Custas processuais ... 1326
4.1.1. Valor das custas processuais ... 1326
4.1.2. Responsabilidade pelo pagamento das custas ... 1327
4.1.3. Momento do recolhimento das custas ... 1328
4.1.4. Isentos do pagamento das custas ... 1328
4.2. Valor dos emolumentos ... 1328
4.3. Honorários periciais ... 1329

5. Negócio jurídico processual 1329
6. Teses vinculantes do TST 1331
7. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST 1331
8. Informativos do TST relacionados ao tema 1333
9. Legislação relacionada ao capítulo 1334
10. Questões fundamentadas 1334
11. Meu resumo para memorização do capítulo 1336
11.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes? ... 1336

CAPÍTULO VIII

NULIDADES PROCESSUAIS 1339
1. Vícios processuais: classificação 1339
2. Princípios das nulidades processuais 1339
2.1. Princípio da transcendência (prejuízo) 1339
2.2. Princípio da convalidação ou preclusão 1340
2.3. Princípio da economia processual 1340
2.4. Princípio do interesse 1340
2.5. Princípio da utilidade 1340
2.6. Princípio da instrumentalidade das formas 1341
3. Quadro resumido 1341
4. Informativos do TST relacionados ao tema 1341
5. Legislação relacionada ao capítulo 1342
6. Questões fundamentadas 1342
7. Meu resumo para memorização do Capítulo 1343
7.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?. 1343

CAPÍTULO IX

PETIÇÃO INICIAL 1345
1. Formas de reclamação 1345
2. Requisitos da petição inicial 1345
2.1. Causa de pedir (breve exposição dos fatos) 1346
2.2. Pedido 1346
2.2.1. Requisitos do pedido 1347
2.2.2. Cumulação de pedidos 1347
3. Aditamento e emenda da petição inicial 1348
4. Indeferimento da petição inicial 1349
4.1. Recurso da decisão que indefere liminarmente a petição inicial 1350
5. Improcedência liminar do pedido 1350
6. Desistência da reclamação 1351
6.1. Desistência de questão idêntica à resolvida pelo recurso representativo da controvérsia 1352
7. Precedentes vinculantes do TST 1353
8. Informativos do TST relacionados ao Tema 1353
9. Legislação relacionada ao capítulo 1355
10. Questões fundamentadas 1355
11. Meu resumo para memorização do Capítulo 1356
11.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?. 1356

CAPÍTULO X

AUDIÊNCIAS 1359
1. Generalidades 1359
2. Atraso na audiência 1360
3. Fracionamento da audiência 1361
4. Comparecimento das partes 1361
4.1. Representação do empregador pelo gerente ou preposto 1362
4.2. Ausência do reclamante 1362
4.3. Ausência do reclamado 1363
4.3.1. Pessoa jurídica de direito público 1364
4.3.2. Presença do advogado em audiência e ausência da reclamada 1364
4.4. Comparecimento na audiência inaugural e não pagamento das verbas rescisórias incontroversas 1365
5. Suspensão da audiência 1366
6. Audiências telepresenciais e por videoconferência 1366
6.1. Distinção 1366
6.2. Audiência por videoconferência 1367
6.3. Audiência telepresencial 1369
6.4. Regras comuns 1369
6.5. Sustentação oral 1370
7. Acordo judicial 1370
8. Teses vinculantes do TST 1372
9. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST 1372
10. Informativo do TST Relacionado ao Tema 1373
11. Legislação relacionada ao capítulo 1375
12. Questões fundamentadas 1375
13. Meu resumo para memorização do Capítulo 1378
13.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?. 1378

CAPÍTULO XI

RESPOSTA DO RÉU 1383
1. Introdução 1383
2. Contestação 1384
2.1. Defesas processuais 1384
2.1.1. Incompetência relativa 1384
2.1.2. Legitimidade 1384
2.2. Defesas de mérito 1385
2.2.1. Compensação x dedução x retenção 1386
2.3. Princípios 1387
2.3.1. Princípio da impugnação específica 1387
2.3.2. Princípio da eventualidade 1387
2.4. Revelia 1387
2.4.1. Não produção dos efeitos da revelia 1388
2.4.2. Presença do advogado em audiência e ausência da reclamada 1388
3. Exceções 1390
3.1. Exceção de impedimento e suspeição 1390
3.1.1. Momento de Alegação 1391
3.1.2. Procedimento 1391
3.2. Exceção de incompetência (relativa) 1392
3.2.1. Prazo para apresentação 1393

3.2.2. Necessidade de indicação do juízo competente ... 1394
3.2.3. Suspensão do processo ... 1394
3.2.4. Contraditório ... 1394
3.2.5. Produção de prova oral ... 1394
3.2.6. Decisão da exceção de incompetência . 1394
3.2.7. Recorribilidade da decisão proferida na exceção ... 1395
3.2.8. Fluxograma ... 1395
4. Reconvenção ... 1396
5. teses vinculantes do tst ... 1396
6. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST ... 1396
7. INFORMATIVOS DO TST RELACIONADOS ao Tema ... 1397
8. Legislação relacionada ao capítulo ... 1397
9. QUESTÕES FUNDAMENTADAS ... 1397
10. Meu resumo para memorização do Capítulo ... 1397
10.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?. 1397

CAPÍTULO XII

PROVAS ... 1399
1. Introdução ... 1399
2. Princípios da prova ... 1400
2.1. Contraditório e ampla defesa ... 1400
2.2. Necessidade ... 1400
2.3. Oralidade ... 1401
2.4. Imediação ... 1401
2.5. Aquisição processual da prova ou comunhão da prova ... 1401
3. Classificação ... 1402
4. Ônus da prova ... 1402
4.1. Distribuição do ônus da prova (Teorias estática, dinâmica e convencional) ... 1403
4.1.1. Teoria Estática do ônus da prova ... 1403
4.1.2. Teoria dinâmica do ônus da prova ... 1403
4.1.2.1. Momento de aplicação da teoria dinâmica do ônus da prova ... 1404
4.1.2.2. Fundamentação da decisão ... 1404
4.1.2.3. Prova impossível ou excessivamente difícil ... 1404
4.1.3. Distribuição convencional do ônus da prova ... 1405
4.2. Casos específicos na jurisprudência do TST ... 1405
4.2.1. Equiparação salarial ... 1405
4.2.2. Recebimento da notificação ... 1405
4.2.3. Vínculo de emprego e término do contrato de trabalho ... 1406
4.2.4. Horas extraordinárias ... 1406
4.2.4.1. Registro de ponto por exceção. 1408
4.2.5. Dispensa discriminatória de portador de doença grave ... 1409
4.2.6. Vale-transporte ... 1409
4.2.7. Diferenças no recolhimento do FGTS ... 1410
4.2.8. Grupo econômico ... 1410
4.2.9. Terceirização pela administração pública ... 1410
5. Prova emprestada ... 1411
6. Meios de prova ... 1412
6.1. Interrogatório e depoimento pessoal ... 1412
6.1.1. Confissão ... 1414
6.2. Prova testemunhal ... 1415
6.2.1. Generalidades ... 1415
6.2.2. Quem pode testemunhar? ... 1416
6.2.3. Número máximo de testemunhas ... 1417
6.2.4. Comparecimento das testemunhas em audiência ... 1417
6.2.5. Procedimento ... 1418
6.2.6. Multa aplicada à testemunha ... 1419
6.2.7. Instauração de incidente ... 1420
6.3. Prova documental ... 1420
6.3.1. Falsidade de documento ... 1421
6.4. Prova pericial ... 1422
6.5. Inspeção judicial ... 1424
7. Provas e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) ... 1425
8. Encerramento da instrução ... 1426
9. Teses vinculantes do stf ... 1426
10. Teses vinculantes do TST ... 1426
11. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST ... 1427
12. Informativos do TST Relacionado ao Tema ... 1428
13. Legislação relacionada ao capítulo ... 1435
14. Questões fundamentadas ... 1436
15. Meu resumo para memorização do Capítulo ... 1439
15.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?. 1440

CAPÍTULO XIII

SENTENÇA E COISA JULGADA ... 1445
1. Pronunciamentos judiciais ... 1445
1.1. Sentença ... 1445
1.2. Decisão Interlocutória ... 1446
1.3. Despacho ... 1446
1.4. Acórdão ... 1446
2. Requisitos da sentença ... 1446
2.1. Fundamentação ... 1447
3. Classificação ... 1449
4. Princípio da congruência ... 1450
5. Publicação e intimação ... 1451
6. Julgamento Antecipado ... 1452
6.1. Julgamento Antecipado Total ... 1452
6.2. Julgamento Parcial do Mérito ... 1452
7. Efeitos anexos da sentença ... 1453
7.1. Hipoteca Judiciária ... 1453
8. Coisa Julgada ... 1454
10. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST ... 1455
11. Informativos do TST Relacionados ao Tema ... 1455
12. Legislação relacionada ao capítulo ... 1455
13. Meu resumo para memorização do Capítulo ... 1455
13.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?. 1455

CAPÍTULO XIV

TUTELA PROVISÓRIA 1457

1. Tutela provisória 1457
   1.1. Distinção: Tutela de urgência e tutela de evidência 1458
2. Tutelas de urgência 1458
   2.1. Requisitos para concessão 1459
   2.2. Formas de requerimento 1460
      2.2.1. Tutela antecipada requerida em caráter antecedente 1461
         2.2.1.1. Estabilização da tutela antecipada 1461
      2.2.2. Tutela cautelar requerida em caráter antecedente 1462
3. Tutela de evidência 1462
   3.1. Requisitos para a concessão da tutela de evidência 1462
4. Momento de concessão e meios de impugnação 1463
5. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST 1464
6. Informativos do TST relacionados ao tema 1464
7. Legislação relacionada ao capítulo 1465
8. Questões fundamentadas 1465
9. Meu resumo para memorização do Capítulo 1465
   9.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?. 1466

CAPÍTULO XV

PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO E PROCEDIMENTO SUMÁRIO 1469

1. Procedimento Sumaríssimo 1469
   1.1. Incidência 1469
   1.2. Petição inicial e prazo para apreciação 1469
   1.3. Audiência 1470
   1.4. Sentença 1470
   1.5. Recursos 1470
      1.5.1. Recurso ordinário 1470
      1.5.2. Recurso de revista 1471
      1.5.3. Embargos para a SDI (embargos de divergência) 1471
2. Procedimento Sumário 1471
3. Procedimento ordinário 1472
5. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST 1472
6. Legislação relacionada ao capítulo 1472
7. Questões fundamentadas 1473
8. Meu resumo para memorização do Capítulo 1474
   8.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?. 1474

CAPÍTULO XVI

RECURSOS TRABALHISTAS 1475

1. Teoria geral dos recursos 1475
   1.1. Meios de impugnação 1475
   1.2. Conceito de recurso 1475
   1.3. Classificação 1476
      1.3.1. Quanto ao objeto imediato do recurso. 1476
      1.3.2. Quanto à fundamentação 1476
      1.3.3. Quanto à extensão da matéria impugnada 1476
      1.3.4. Quanto à independência 1477
      1.3.5. Resumo das classificações 1478
   1.4. Princípios recursais 1479
      1.4.1. Princípio do duplo grau de jurisdição ... 1479
      1.4.2. Princípio da taxatividade (tipicidade).... 1479
      1.4.3. Princípio da unirrecorribilidade (singularidade) 1479
      1.4.4. Princípio da consumação 1479
      1.4.5. Princípio da fungibilidade (conversibilidade) 1479
      1.4.6. Princípio da dialeticidade 1481
      1.4.7. Princípio da voluntariedade 1481
      1.4.8. Princípio da proibição da reformatio in pejus 1481
      1.4.9. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias 1482
      1.4.10. Princípio da primazia da decisão de mérito 1482
   1.5. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito 1483
      1.5.1. Juízo de admissibilidade parcial no recurso de revista 1485
         1.5.1.1. Omissão no juízo de admissibilidade parcial 1485
         1.5.1.2. Juízo de admissibilidade parcial quando o tema está pacificado em recurso de revista repetitivo, IRDR e assunção de competência 1486
      1.5.2. Poderes do relator 1487
   1.6. Pressupostos recursais 1488
      1.6.1. Introdução 1488
      1.6.2. Cabimento 1489
      1.6.3. Legitimidade para recorrer 1489
      1.6.4. Interesse em recorrer 1489
      1.6.5. Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer 1489
         1.6.5.1. Aceitação da decisão 1489
         1.6.5.2. Renúncia 1490
         1.6.5.3. Desistência 1490
      1.6.6. Tempestividade 1490
         1.6.6.1. Intempestividade 1491
      1.6.7. Representação 1491
      1.6.8. Preparo 1494
         1.6.8.1. Custas processuais 1494
         1.6.8.2. Depósito recursal 1496
      1.6.9. Regularidade formal 1502
   1.7. Juntada de documentos 1503
   1.8. Efeitos recursais 1503
      1.8.1. Efeito obstativo 1503
      1.8.2. Efeito devolutivo 1503
      1.8.3. Efeito suspensivo 1505
      1.8.4. Efeito translativo 1505
      1.8.5. Efeito regressivo 1506
      1.8.6. Efeito expansivo 1506
      1.8.7. Efeito substitutivo 1507
   1.9. Remessa Necessária 1507
2. Recursos em espécie 1508

2.1. Embargos de declaração 1508
2.1.1. Introdução 1508
2.1.2. Competência 1509
2.1.3. Prazo para interposição 1509
2.1.4. Hipóteses de cabimento 1509
2.1.5. Pronunciamentos recorríveis 1510
2.1.6. Embargos de declaração com efeito modificativo 1510
2.1.7. Embargos de declaração contra decisão monocrática do relator 1511
2.1.8. Embargos de declaração protelatórios .. 1512
2.1.9. Embargos de declaração com efeitos prequestionatórios 1512
2.2. Recurso ordinário 1513
2.2.1. Introdução 1513
2.2.2. Hipóteses de cabimento 1513
2.2.3. Juízo de retratação 1514
2.2.4. Julgamento do mérito diretamente pelo tribunal 1514
2.2.5. Recurso ordinário no rito sumaríssimo . 1515
2.3. Agravo de petição 1515
2.3.1. Agravo de petição no incidente de desconsideração da personalidade jurídica 1517
2.4. Recurso de revista 1517
2.4.1. Introdução 1517
2.4.2. Prazo 1517
2.4.3. Competência para julgamento 1517
2.4.4. Pressupostos específicos de admissibilidade 1518
2.4.4.1. Prequestionamento 1518
2.4.4.2. Transcendência 1519
2.4.4.2.1. Direito intertemporal 1520
2.4.5. Hipóteses de cabimento 1521
2.4.5.1. Divergência jurisprudencial 1521
2.4.5.1.1. Incidente de uniformização trabalhista 1523
2.4.5.1.1.1. Direito intertemporal 1524
2.4.5.2. Violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal 1524
2.4.6. Rito sumaríssimo 1525
2.4.7. Fase de execução 1525
2.4.8. Quadro resumido das hipóteses de cabimento do recurso de revista 1526
2.4.9. Recurso de revista de causas repetitivas 1526
2.4.9.1. Introdução 1526
2.4.9.2. Requisitos 1526
2.4.9.3. Processamento 1526
2.4.9.4. Questão constitucional no julgamento dos recursos repetitivos 1529
2.5. Embargos no TST 1530
2.5.1. Introdução 1530
2.5.2. Embargos infringentes 1530
2.5.3. Embargos de divergência (embargos à SDI) 1530
2.5.3.1. Introdução 1530
2.5.3.2. Prazo 1531
2.5.3.3. Competência para julgamento 1531
2.5.3.4. Prequestionamento 1531
2.5.3.5. Hipóteses de cabimento 1531
2.5.3.6. Embargos de divergência de decisão proferida em agravo. 1532
2.5.3.7. Embargos de divergência no rito sumaríssimo 1532
2.5.3.8. Embargos de divergência na fase executiva 1532
2.5.3.9. Antigo recurso de embargos de nulidade 1533
2.6. Agravo de instrumento 1533
2.6.1. Cabimento 1533
2.6.2. Prazo 1535
2.6.3. Competência 1535
2.6.4. Pressupostos recursais 1535
2.6.4.1. Formação do instrumento 1535
2.6.5. Juízo de retratação 1536
2.7. Agravo interno e regimental 1536
2.7.1. Decisão que denega seguimento ao recurso de revista 1537
2.7.2. Multa no agravo interno 1538
2.8. Recurso extraordinário 1539
2.8.1. Recurso extraordinário repetitivo 1540
3. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas 1542
3.1. Microssistema de julgamentos de causas repetitivas 1542
3.2. Natureza Jurídica 1542
3.3. Cabimento e requisitos 1542
3.4. Competência 1543
3.5. Legitimidade 1543
3.5.1. Desistência ou abandono 1543
3.6. Procedimento 1544
3.7. Meios de impugnação do julgamento do IRDR . 1545
4. Incidente de Assunção de Competência 1546
4.1. Introdução 1546
4.2. Cabimento 1546
4.3. Competência 1546
4.4. Legitimidade 1546
4.5. Objetivos 1546
4.6. Requisitos 1547
4.7. Procedimento 1547
4.8. Meios de impugnação do julgamento do incidente de assunção de competência 1547
4.9. Diferenças entre o IRDR e o incidente de assunção de competência 1548
4.10. Assunção de competência no TST 1548
5. Reclamação 1549
5.1. Introdução 1549
5.2. Natureza Jurídica 1550
5.3. Cabimento 1550
5.4. Legitimidade 1550
5.5. Procedimento 1550
5.6. Recursos da decisão da reclamação 1551
6. Reclamação correicional 1551
7. Precedentes vinculantes do TST 1552
8. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST 1552
9. Informativos do TST Relacionados ao Tema 1561
10. Legislação relacionada ao capítulo 1590
11. Questões fundamentadas 1590

12. Meu resumo para memorização do Capítulo 1597
12.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?. 1598

CAPÍTULO XVII

LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA 1607
1. Introdução 1607
2. Modificação, inovação e discussão quanto à parte principal 1608
3. Modalidades de liquidação 1608
3.1. Liquidação por cálculos 1608
3.1.1. Procedimento 1608
3.2. Liquidação por arbitramento 1609
3.3. Liquidação por artigos 1609
4. Juros e correção monetária 1609
4.1. Modulação de efeitos 1612
4.2. Condenação em face da Fazenda Pública 1612
4.3. Período de graça 1613
5. Impugnação da decisão de liquidação 1614
6. Teses vinculantes do TST 1615
7. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST 1615
8. Informativos do TST relacionados ao Tema 1616
9. Legislação relacionada ao capítulo 1618
10. Questões fundamentadas 1618
11. Meu resumo para memorização do Capítulo 1619
11.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?. 1620

CAPÍTULO XVIII

EXECUÇÃO TRABALHISTA 1623
1. Introdução 1623
2. Título executivo 1623
2.1. Títulos judiciais 1624
2.2. Títulos extrajudiciais 1624
3. Execução provisória e definitiva 1624
4. Competência 1625
5. Legitimidade 1626
5.1. Legitimidade ativa 1626
5.1.1. Execução de ofício 1626
5.2. Legitimidade passiva 1626
6. Responsabilidade patrimonial 1626
6.1. Responsabilidade do sucessor 1628
6.2. Responsabilidade decorrente da terceirização 1628
6.3. Responsabilidade do sócio 1630
6.3.1. Desconsideração da personalidade jurídica 1630
6.3.1.1. Esquema do incidente de desconsideração da personalidade jurídica 1632
6.3.2. Responsabilidade do sócio retirante (ex-sócio) 1632
6.4. Responsabilidade da empresa integrante do Grupo Econômico 1633
6.5. Responsabilidade do cônjuge 1633
7. Fraude contra credores e fraude à execução 1634
7.1. Fraude contra credores 1634
7.2. Fraude à execução 1634
7.2.1. Bens sujeitos a registro 1636
7.3. Principais diferenças 1636
8. Execução por quantia certa 1636
8.1. Introdução 1636
8.2. Citação 1637
8.3. Medidas executivas indiretas para cumprimento voluntário da sentença condenatória 1637
8.3.1. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas 1638
8.3.2. Protesto 1639
8.3.3. Inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes (SERASAJUD) 1640
8.4. Nomeação de bens 1640
8.5. Penhora 1640
8.5.1. Depositário 1642
8.5.2. Penhora em dinheiro 1642
8.5.2.1. Bloqueio de contas bancárias (penhora on-line) 1643
8.5.2.2. Seguro garantia judicial e fiança bancária 1644
8.5.2.3. Requisitos para apólice do seguro garantia judicial e da fiança bancária 1644
8.5.3. Penhora sobre parte da renda de estabelecimento comercial 1645
8.5.4. Penhora anterior à sucessão pela administração pública direta 1646
8.5.5. Bens impenhoráveis 1646
8.5.5.1. Impenhorabilidade da remuneração do executado 1647
8.5.5.2. Impenhorabilidade do bem de família 1648
8.6. Defesa na execução 1650
8.6.1. Embargos à execução 1650
8.6.1.1. Natureza Jurídica 1650
8.6.1.2. Prazo 1650
8.6.1.3. Competência 1651
8.6.1.4. Matérias passíveis de alegação (objeto) 1651
8.6.1.5. Efeito Suspensivo dos embargos 1651
8.6.1.6. Procedimento 1652
8.6.2. Exceção de pré-executividade 1652
8.6.3. Impugnação à decisão de liquidação 1652
8.6.4. Embargos de terceiros 1653
8.6.4.1. Generalidades 1653
8.6.4.2. Prazo 1653
8.6.4.3. Competência 1653
8.7. Prescrição intercorrente 1654
8.8. Expropriação de bens 1655
8.8.1. Adjudicação 1655
8.8.2. Arrematação 1656
8.8.2.1. Introdução 1656
8.8.2.2. Legitimidade 1656
8.8.2.3. Publicidade 1656
8.8.2.4. Lance 1656
8.8.2.5. Pagamento 1657
8.8.2.6. Pagamento parcelado 1657

8.8.2.7. Pagamento a maior ao exequente 1659
8.8.3. Meios de impugnação da expropriação . 1659
8.9. Esquema da execução contra devedor solvente .. 1660
8.10. Remição da execução 1660
8.11. Execução de prestações sucessivas 1661
9. Execução de obrigação de fazer e de não fazer 1661
9.1. Título judicial 1661
9.2. Título extrajudicial 1662
10. Execução de contribuições previdenciárias 1663
11. Execução contra a massa falida 1665
12. Execução Contra Empresa em Recuperação Judicial ... 1666
12.1. Desconsideração da personalidade jurídica 1667
13. Execução contra a fazenda pública 1667
13.1. Introdução 1667
13.2. Precatório 1669
13.2.1. Ordem preferencial 1669
13.2.2. Preterição e não inclusão no orçamento 1671
13.3. Requisição de pequeno valor 1671
14. Precedentes vinculantes do tst 1673
15. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST 1674
16. Informativos do TST Relacionados ao Tema 1675
17. Legislação relacionada ao capítulo 1695
18. Questões fundamentadas 1696
19. Meu resumo para memorização do Capítulo 1702
19.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?. 1703

CAPÍTULO XIX

DISSÍDIO COLETIVO 1705
1. Conceito 1705
2. Classificação 1705
3. Poder normativo 1706
3.1. Limites 1706
3.1.1. Limite mínimo 1706
3.1.2. Limite máximo 1706
4. Competência 1707
4.1. Dissídio coletivo de greve de servidor público .. 1707
5. Legitimidade 1707
6. Pressupostos processuais específicos 1708
6.1. Negociação prévia 1708
6.2. Autorização em assembleia 1708
6.3. Comum acordo 1709
6.4. Época própria para ajuizamento 1709
6.5. Fundamentação das cláusulas reivindicadas 1710
6.6. Cumprimento do estatuto do sindicato 1710
7. Procedimento 1710
8. Sentença normativa 1711
8.1. Conceito e natureza jurídica 1711
8.2. Início da vigência 1711
8.3. Prazo de vigência 1711
8.4. Extensão 1711
9. Coisa julgada 1712
10. Recursos 1712
10.1. Efeito suspensivo 1712
11. Dissídio revisional 1713
12. Dissídio coletivo na administração pública 1713
13. Ação de cumprimento 1714
13.1. Natureza jurídica 1714
13.2. Cabimento 1714
13.3. Competência 1714
13.4. Legitimidade 1714
13.5. Momento do ajuizamento 1715
13.6. Prescrição 1715
13.7. Objeto 1715
13.8. Coisa julgada 1715
14. Precedentes vinculantes do TST 1716
15. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST 1716
16. Informativos do TST Relacionados ao Tema 1717
17. Legislação relacionada ao capítulo 1724
18. Questões fundamentadas 1724
19. Meu resumo para memorização do Capítulo 1724
19.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?. 1724

CAPÍTULO XX

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS 1725
1. Inquérito para apuração de falta grave 1725
1.1. Cabimento 1725
1.2. Prazo para propositura 1725
1.3. Procedimento 1726
1.4. Efeitos da sentença 1726
1.5. Informativos do TST relacionados ao tema 1727
1.6. Legislação relacionada ao tema 1728
1.7. Questões fundamentadas 1728
1.8. Meu resumo para memorização do Capítulo 1729
1.8.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes? 1729
2. Ação Civil Pública 1729
2.1. Introdução 1729
2.2. Cabimento 1729
2.3. Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos 1730
2.4. Competência 1731
2.5. Legitimidade 1732
2.6. Litisconsórcio 1733
2.7. Objeto 1733
2.8. Tutelas de urgência 1734
2.9. Prescrição 1735
2.10. Litispendência 1736
2.11. Instrução 1736
2.12. Sentença 1736
2.13. Coisa julgada 1737
2.13.1. Interesses ou direitos difusos e coletivos. 1737
2.13.2. Interesses ou direitos individuais homogêneos 1739
2.13.3. Esquema 1739
2.14. Despesas processuais e honorários advocatícios 1739

2.15. Informativos do TST Relacionados ao Tema 1740
2.16. Legislação relacionada ao tema 1744
2.17. Questões fundamentadas 1744
2.18. Meu resumo para memorização do Capítulo 1745
2.18.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes? 1746
3. Ação rescisória 1747
3.1. Introdução 1747
3.2. Competência 1747
3.3. Legitimidade 1748
3.4. Pressuposto da ação rescisória 1749
3.4.1. Trânsito em julgado 1749
3.4.2. Decisão de mérito ou decisão que, embora não seja de mérito, impeça nova propositura da demanda ou a admissibilidade do recurso correspondente 1750
3.5. Prazo para ajuizamento 1751
3.5.1. Recurso parcial 1752
3.5.2. Acordo homologado judicialmente 1753
3.6. Hipóteses de cabimento 1753
3.6.1. Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz 1754
3.6.2. Impedimento do juiz ou incompetência absoluta do juízo 1754
3.6.3. Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida e simulação ou colusão entre as partes para fraudar a lei 1755
3.6.4. Ofensa à coisa julgada 1756
3.6.5. Violação manifesta de norma jurídica 1757
3.6.6. Prova falsa 1758
3.6.7. Obtenção de prova nova 1759
3.6.8. Erro de fato 1759
3.7. Juízo rescindendo e juízo rescisório 1760
3.8. Valor da causa 1760
3.9. Depósito prévio 1760
3.10. Procedimento 1761
3.11. Honorários advocatícios 1761
3.12. Recurso 1762
3.13. Ação rescisória de ação rescisória 1762
3.14. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST 1763
3.15. Informativos do TST relacionados ao tema 1770
3.16. Legislação relacionada ao tema 1786
3.17. Questões fundamentadas 1786
3.18. Meu resumo para memorização do Capítulo 1788
3.18.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes? 1789
4. Mandado de segurança 1789
4.1. Conceito 1789
4.2. Legitimidade 1789
4.2.1. Legitimidade ativa 1789
4.2.2. Legitimidade passiva 1790
4.3. Competência 1790
4.4. Modalidades 1791
4.5. Cabimento 1791
4.6. Ato ilegal ou abuso de poder 1791
4.7. Direito líquido e certo 1791
4.8. Prazo para impetração 1793
4.9. Petição inicial 1793
4.10. Despacho da petição inicial 1794
4.11. Informações da autoridade coatora 1794
4.12. Parecer do Ministério Público 1794
4.13. Defesa oral 1794
4.14. *Jus postulandi* 1794
4.15. Honorários advocatícios 1794
4.16. Recurso 1794
4.17. Reexame necessário 1795
4.18. Mandado de segurança coletivo 1795
4.19. Súmulas e orientações jurisprudenciais 1796
4.20. Informativos do TST relacionados ao tema 1798
4.21. Legislação relacionada ao tema 1810
4.22. Questões fundamentadas 1810
4.23. Meu resumo para memorização do Capítulo 1811
4.23.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?. 1811
5. Consignação em Pagamento 1813
5.1. Cabimento 1813
5.2. Objeto 1813
5.3. Competência 1813
5.4. Legitimidade 1813
5.5. Procedimento 1813
5.6. Legislação relacionada ao capítulo 1814
5.7. Informativo do TST relacionado ao tema 1814
5.8. Meu resumo para memorização do Capítulo 1815
5.8.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes? 1815
6. Ação monitória 1816
6.1. Conceito 1816
6.2. Aplicação ao processo do trabalho 1816
6.3. Procedimento 1816
6.4. Legislação relacionada ao capítulo 1817
6.5. Meu resumo para memorização do Capítulo 1818
6.5.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes? 1818

CAPÍTULO XXI

INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL 1819
1. Introdução 1819
2. Sistema de peticionamento eletrônico 1820
3. Processo judicial eletrônico 1821
3.1. Introdução 1821
3.2. Assinatura digital 1822
3.3. Usuários 1822
3.3.1. Responsabilidade do usuário 1824
3.3.2. Uso inadequado do sistema 1824
3.4. Disponibilidade e indisponibilidade do sistema 1824
3.5. Recebimento de arquivos 1825
3.6. Documentos 1826
3.6.1. Prazo de preservação dos originais dos documentos digitalizados 1826
3.7. Consulta 1827
3.7.1. Segredo de Justiça e do Sigilo 1827

3.8. Atos processuais 1828
3.8.1. Intimação, citação ou notificação 1828
3.8.2. Prazos processuais 1828
3.8.2.1. Data da intimação e contagem dos prazos processuais .. 1829
3.8.2.2. Suspensão 1829
3.8.3. Juntada de petições 1829
3.8.3.1. Petição inicial 1830
3.8.3.2. Resposta do réu 1830
3.8.4. Audiência 1831
3.8.5. Carta precatória 1831
3.8.6. Autos suplementares no segundo grau 1831
3.9. Administração do sistema 1831
3.9.1. Comitê gestor nacional do PJe (CGNPJe) instalado na Justiça do Trabalho 1832
3.9.1.1. Coordenação Nacional Executiva do PJe (CNEPJe) 1832
3.9.2. Comitês gestores regionais (CGRPJe) 1832
3.9.3. Administrador do sistema 1833
3.9.4. Equipe de teste 1834
4. Informativos do TST 1834
5. Legislação relacionada ao capítulo 1834
6. Questões fundamentadas 1835
7. Meu resumo para memorização do Capítulo 1835
7.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?. 1835

Bibliografia **Parte I - Direito do Trabalho** 1837

Bibliografia **Parte II - Processo do Trabalho** 1841